

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS KREVER GARCIA

**ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DA ESTAGNAÇÃO DA ALBA-TCP
NO PÓS-NOVO REGIONALISMO**

**Porto Alegre
2024**

LUCAS KREVER GARCIA

**ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DA ESTAGNAÇÃO DA ALBA-TCP
NO PÓS-NOVO REGIONALISMO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Regina Feraboli

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Garcia, Lucas
ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DA ESTAGNAÇÃO DA ALBA-TCP NO
PÓS-NOVO REGIONALISMO / Lucas Garcia. -- 2024.
81 f.
Orientadora: Silvia Regina Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. ALBA-TCP. 2. CONSTRUTIVISMO. 3. PÓS-NOVO
REGIONALISMO. 4. HUGO CHÁVEZ. 5. VENEZUELA. I.
Ferabolli, Silvia Regina, orient. II. Título.

LUCAS KREVER GARCIA

**ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DA ESTAGNAÇÃO DA ALBA-TCP
NO PÓS-NOVO REGIONALISMO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2024.

BRANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Silvia Regina Ferabolli - Orientadora

UFRGS

Prof^a. Dr. Jacqueline Angelica Hernandez Haffner

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer aos meus pais. Eles são a base de tudo. O convívio do dia a dia às vezes não me permite enxergar o quanto os dois são maravilhosos e essenciais para mim. Sem o esforço, o exemplo e o apoio incondicional deles eu certamente não saberia, hoje em dia, o que é de fato o sentimento do amor. Nenhuma outra palavra pode ser usada para descrever a dedicação que eles têm em tentar me fazer feliz todos os dias e me deixar protegido das adversidades que o mundo nos apresenta nesta breve vida que todos temos. Ainda no campo familiar, aproveito para dizer obrigado às forças espirituais que olharam por mim antes de eu entrar na universidade e também durante todo este período em que eu estive dentro dela, já como um aluno registrado.

Posteriormente, eu devo agradecer imensamente às populações gaúcha e brasileira em pagar os meus estudos e me dar a oportunidade de concluir a graduação. Sem a contribuição dos seus impostos e ao sistema de cotas da UFRGS, talvez eu não seria capaz de me tornar o primeiro membro da família a ter um diploma de ensino superior. Espero ter a chance de poder retribuir à altura o investimento público e social que foi feito em mim.

Em seguida, preciso gratificar a professora Silvia Ferabolli por ter aceitado me orientar, mesmo que nós nunca tivéssemos nos vistos antes. Além disso, jamais poderia esquecer de todos os docentes que fizeram parte desta minha árdua luta de iniciar a monografia: muitos deles se disponibilizaram a me ajudar a concluí-la nos últimos anos, mas eu sempre desistia. Portanto, muito obrigado professores Ivan Salomão, Jacqueline Haffner, Sonia Ranincheski, Guilherme Ziebell e Leonardo Moraes. Em especial, ao professor Luiz Augusto Estrella Faria pela sua paciência em tentar ser meu orientador tantas vezes e também, junto com a professora Jacqueline, em fazer parte da dupla que me examinou durante a defesa do trabalho.

Um enorme agradecimento à minha monitora do PROMERI Rafaela. Sem a sua ajuda, este trabalho não teria se concretizado. A sua insistência durante anos em não desistir de mim significou muito. Desculpe-me por pedir sua ajuda e te perturbar tantas vezes. Gratidão eterna.

Preciso agradecer à Fabi da COMGRAD, que sempre teve muita paciência comigo durante toda a minha graduação, especialmente nos semestres em que eu tentei concluir a monografia.

Um obrigado a todos os meus parentes e amigos que me cobraram a entrega do TCC: Vanessa, Fabrício, Ivone etc. Em especial, preciso mencionar uma pessoa: você sempre me motivou para que eu me formasse logo e concluísse esta etapa. Quando eu te contei em outubro que eu tinha engajado em uma nova tentativa de escrever a monografia, você torceu por mim enquanto já estava internado no hospital. Eu pude te visitar duas vezes e te falar do meu progresso. Infelizmente, hoje você não está mais entre nós para finalmente ver que eu consegui vencer esta etapa. Não pude viajar para a sua terra natal para acompanhar o seu velório justamente por estar muito ocupado com a monografia. Gostaria que pudéssemos comemorar a minha conquista juntos como sempre planejamos, mas sei que hoje você está me vendo de algum lugar e está feliz por mim. Esta obra também é uma homenagem a você!

Em memória ao meu grande amigo John Lennon dos Reis Soares

RESUMO

As relações internacionais têm passado ao longo das últimas décadas por uma intensificação dos processos de integração regional no mundo todo, ao ponto em que se torna impossível negar que as organizações que institucionalizam, coordenam e promovem este fenômeno possuem um peso – subjetivo ou não – tão relevante nos fóruns multilaterais quanto os próprios Estados soberanos. O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre uma destas organizações, mais especificamente a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos, e a estagnação do seu desenvolvimento alguns anos após a sua criação dentro de um contexto temporal de propostas de integração conhecido como pós-novo regionalismo, que surgiu a partir dos anos 2000. A escolha do tema está de acordo com os questionamentos acadêmicos e políticos mais recentes sobre a desaceleração de diversas iniciativas de integração na América Latina e Caribe, pois há dúvidas generalizadas acerca da possibilidade de a região ser capaz ou não de superar uma aparente onda crescente de falta de credibilidade em uma espécie de união continental mais profunda ou se isso decorre de o sistema internacional estar em plena transição para um novo período de colaborações e incorporações intergovernamentais. Para tal, elaborou-se um problema de pesquisa que tem por objetivo verificar se a causa específica do estacionamento da ALBA-TCP, de característica socialista e anti-imperialista, está de alguma maneira ligada aos resquícios ainda existentes de uma fase anterior, chamada de novo regionalismo, que se expandiu a partir da década de 1990 e que promovia um tipo de integração neoliberal. Assim, realiza-se uma conceituação desses termos para possibilitar a construção de uma linha do tempo em que se observa todas as etapas dos diferentes tipos de regionalismos, bem como seus principais elementos. Após este recorte histórico e descritivo, o trabalho aplica a teoria construtivista para analisar o quanto a hipótese de que a política econômica global do laissez-faire foi a principal responsável por minar os propósitos da organização.

Palavras-chave: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, ALBA, pós-novo regionalismo, Venezuela, Hugo Chávez.

ABSTRACT

Over the last few decades, international relations have undergone an intensification of regional integration processes around the world, to the point where it has become impossible to deny that the organizations that institutionalize, coordinate and promote these characteristics have a weight – subjective or not – as relevant in multilateral forums as the sovereign states themselves. The present work aims to analyze the relationship between one of these organizations, more specifically the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America — Peoples' Trade Treaty, and the stagnation of its development a few years after its creation within a temporal context of integration proposals known as post-new regionalism, which emerged from the 2000s onwards. The choice of the subject is in line with the most recent academic and political questions about the slowdown of various integration initiatives in Latin America and the Caribbean, as there are widespread doubts about whether the region is capable or not of overcoming an apparent growing wave of lack of trust in a kind of deeper continental union or whether this is a result of the international system being in full transition to a new period of intergovernmental collaborations and incorporations. That being said, a research problem was developed that aims to verify whether the specific cause of the ALBA-TCP paralisation, which has a socialist and anti-imperialist characteristic, is somehow linked to the still existing remnants of a previous phase, called new regionalism, which expanded from the 1990s onwards and promoted a type of neoliberal integration. Thus, a conceptualization of these terms is carried out to enable the construction of a timeline in which all stages of the different types of regionalisms are observed, as well as their main elements. After this historical and descriptive outline, the work applies the constructivist theory to analyze how much the hypothesis that a laissez-faire global economic policy was mainly responsible for undermining the organization's purposes.

Key words: Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America — Peoples' Trade Treaty, ALBA, post-new regionalism, Venezuela, Hugo Chávez.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
ALC	América Latina e Caribe
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
AP	Aliança do Pacífico
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
CACM	Mercado Comum Centro-Americano
CARICOM	Comunidade e Mercado Comum do Caribe
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
EURATOM	Comunidade Europeia de Energia Atômica
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário-200

NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Pacto Andino
SACU	Acordo de Comércio Preferencial Mercosul – SACU
SEATO	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
SUCRE	Sistema de Compensação Regional Unificado
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UO	União Ocidental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ALBA.....	17
1.1 Fundação, características e objetivos.....	17
1.2 Referências históricas e o legado de Simón Bolívar.....	23
1.3 Venezuela e sua relação com a evolução da ALBA.....	28
2. INTEGRAÇÃO REGIONAL E REGIONALISMOS.....	36
2.1 O que é integração regional?.....	36
2.2 Definindo o regionalismo e entendendo as suas origens.....	41
2.3 O velho regionalismo.....	46
2.4 O novo regionalismo.....	52
3. INVESTIGANDO A RELAÇÃO ENTRE A ALBA E OS RESQUÍCIOS DO NOVO REGIONALISMO.....	60
3.1 O pós-novo regionalismo.....	60
3.2 A abordagem construtivista para o regionalismo e as organizações de integração regional.....	66
3.3 ALBA e a “virada à esquerda”	71
3.4 ALBA e a gestão da Venezuela.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) avalia como tema a questão da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA) como organização de integral regional na América Latina e Caribe e sua relação com os processos de regionalismos existentes, principalmente o que surgiu após o fim da Guerra Fria e o início da intensificação da globalização. Segundo Best e Christiansen (2020), o regionalismo tem se tornado uma característica generalizada nos debates e no sistema internacionais, desafiando assim o papel tradicional dos Estados soberanos durante as tomadas de decisões. Este é, portanto, um tópico que está de acordo com o interesse crescente dos círculos políticos e também intelectuais. Entretanto, a ALBA, enquanto um dos produtos mais recentes deste fenômeno, tem sua análise frequentemente eclipsada por outras entidades locais já consolidadas e reconhecidas no mundo todo, tais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo. Assim sendo, a presente obra inova ao se permitir abordar um assunto pouco explorado pela literatura acadêmica, principalmente pelos próprios alunos da UFRGS. Um trabalho focado na ALBA será capaz de levantar dados históricos acerca da organização e revelar o seu papel no cenário regional que servirão de referência para as pesquisas dos próximos estudantes de Relações Internacionais da universidade.

O principal objetivo desta monografia é identificar e compreender qual é o grau de influência que os resquícios de neoliberalismo do novo regionalismo, o período exatamente anterior ao surgimento da ALBA, teve sobre a estagnação da mesma na fase seguinte, isto é, durante o pós-novo regionalismo. Este problema de pesquisa surge ao se analisar a natureza bolivariana, socialista e antiliberal da organização como uma proposta de integração até então revolucionária e inédita para a América Latina e Caribe, que poderia trazer uma série de desconfianças. Trabalha-se, portanto, com a hipótese de que as medidas de desregulamentação do comércio, ainda muito fortes na região após a virada do milênio, foram fatores que pesaram fortemente na incapacidade da ALBA de alcançar os seus propósitos de se estabelecer como um centro de referência política para o continente. Isto ocorre tendo em vista que, apesar do período do pós-novo regionalismo se contrastar com a onda de abertura econômica decorrente do processo de globalização do ciclo

anterior, o modo de produção capitalista ainda é praticamente homogêneo no sistema internacional desde o seu surgimento, e as iniciativas de liberalização econômica são uma característica inata dos agentes que fazem parte da sua dinâmica. Com base neste raciocínio, é natural concluir que os países da região estavam em dúvida sobre qual estratégia seguir para se integrar com os vizinhos.

A hipótese, portanto, investiga se uma possível escolha da maioria dos Estados por seguir a linha mais voltada para o *laissez-faire*, tão presente na fase do novo regionalismo, foi a principal causa do insucesso da ALBA, que adota uma postura de solidariedade e ajuda social entre os membros que vai além da ênfase nos lucros comerciais. Os objetivos específicos da pesquisa se concentram em identificar o contexto do surgimento do bloco e mencionar os seus principais projetos para o continente, descrever de maneira empírica como se deu o seu desenvolvimento e a sua estagnação nos anos seguintes e contextualizá-los com as outras propostas de integração para a América Latina e Caribe do mesmo período para compreender se a desaceleração da entidade foi um evento único e particular ou se este fenômeno foi compartilhado por organizações que também viessem a ter uma estratégia anticapitalista de cooperação na sua essência.

Para tal, o capítulo 1 se concentra em detectar e descrever todos os principais elementos que explicam a natureza da ALBA, criada em 2004. Ele é uma introdução para os tópicos seguintes, que vão adquirir um caráter mais analítico. No subcapítulo 1.1, por exemplo, o presente trabalho explica como a atuação de Hugo Chávez, o presidente em exercício da Venezuela na época, foi o principal fio articulador que permitiu atrair a confiança do presidente de Cuba, Fidel Castro, para aderir a um plano novo de integração que fosse totalmente oposto às ideias neoliberais sugeridas pela Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), um projeto de cooperação econômica traçado para o continente pelos Estados Unidos em 1994. Com base na leitura da Carta Constituinte da ALBA, é possível verificar a ênfase que é dada à retórica revolucionária e socialista no documento, o que mostra uma ruptura com as medidas adotadas pelos países da região até então. Mais do que apenas identificar as principais causas do surgimento da organização, esta parte do trabalho busca evidenciar o forte componente ideológico que a mesma apresenta.

O subcapítulo seguinte se faz uma contextualização histórica centrada na figura do general e político Simón Bolívar, considerado uma figura central nas tentativas iniciais de integração para a América Latina e Caribe durante o período

das lutas de independência contra o Império Espanhol no início do século XIX. Aqui se descreve o desenvolvimento destas ideias e o evidente enfraquecimento delas ao longo das décadas. Já no trecho seguinte da monografia também se traça linha cronológica que começa com a ascensão de Chávez à presidência da Venezuela em 1999 para comprovar a teoria de que ele foi o responsável por resgatar os princípios bolivarianos para o continente. É neste momento que se mostra o fortalecimento da retórica socialista pelo líder e o quanto ela influenciou na criação da ALBA em 2004. É também aqui que se destaca a inclusão progressiva de novos membros ao longo dos anos e alguns dos principais projetos específicos que fazem parte da entidade, todos coordenados pelas iniciativas de Caracas, e se descreve as razões empíricas que causaram a incapacidade dos mesmos de atingirem os seus objetivos finais, o que comprova que a aliança passou por um processo de estagnação que se intensificou a partir da década de 2010.

Já a segunda seção da monografia se inicia a partir das indagações feitas com base no que foi desenvolvido anterior. No subcapítulo 2.1, por exemplo, há uma tentativa de se conceituar termos como região, integração, cooperação e organização para se explicar os motivos que levam os países a escolher a adesão a projetos de integração em vez de permanecerem nas suas condições isoladas de Estados soberanos. Os parágrafos seguintes elaboram as vantagens e desvantagens que fazer parte destas iniciativas, independentemente das suas principais características. Tendo em vista que um dos objetivos específicos do trabalho é localizar a ALBA em um contexto histórico para verificar brevemente se a sua desaceleração por supostas motivações neoliberais também teve o mesmo efeito sobre outras propostas de colaboração para a América Latina e o Caribe no mesmo período, é que no subcapítulo 2.2 se começa a usar o fator tempo como um denominador comum para entender os outros fenômenos de integração do hemisfério ocidental. É a partir de então que se descobre que os vários processos de integração na verdade surgem em ondas que podem ser claramente identificadas separadamente ao longo das décadas, pois a cada novo “boom” de propostas de cooperação com ideias totalmente novas, há a deterioração de uma tendência anterior. A esses fenômenos distintos dá-se o nome de regionalismo, e cada um deles representa uma reação à conjuntura anterior. No regionalismo inicial, por exemplo, se resgata as propostas de Bolívar para a integração das ex-colônias hispânicas.

No subcapítulo posterior se analisa o velho regionalismo, que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial. É aqui que começa a se evidenciar a diferença entre os objetivos das organizações de integração regional nos países centrais do capitalismo, tais como a Europa e os Estados Unidos, e os países que fazem parte das zonas periféricas da economia mundial, a exemplo da América Latina e Caribe. No nosso caso, este fenômeno tinha como principal meta conectar os países para que juntos eles fortalecessem suas políticas de desenvolvimento econômico por meio de substituição de importações e medidas protecionistas. Já no subcapítulo 2.4 se chega na fase do novo regionalismo e finalmente é possível verificar o quanto a conjuntura do fim da Guerra Fria, da queda do muro de Berlim e do fortalecimento da globalização foram importantes para intensificar a implementação de ideias que promoviam a abertura comercial e a desregulamentação como essenciais para a inserção em uma economia agora unificada.

No capítulo 3 se começa a se identificar os critérios que serão utilizados para se verificar a veracidade da hipótese acerca da estagnação da ALBA. É justamente no subcapítulo 3.1 que se chega ao período do pós-novo regionalismo e se verifica o surgimento da organização, bem como se faz uma contextualização histórica das outras propostas de integração regional para a América Latina e Caribe a fim de verificar se o desenvolvimento delas também foi interrompido ao longo dos anos. Já no subcapítulo seguinte se faz um resgate das principais teorias de relações internacionais que servirão de base para o embasamento das conclusões finais acerca do problema de pesquisa da monografia. A abordagem construtivista se mostra perfeita para a verificação da hipótese, tendo em vista que ela evidencia o caráter ideológico e da identidade humana na construção social da realidade, o que é uma forte característica da construção da ALBA, que visa atribuir componentes mais solidários ao processo de integração regional ao contrário das medidas puramente comerciais e de lucro que estão presentes na teoria liberal, ou das tentativas de maximização dos benefícios e da segurança que fazem parte das perspectivas realistas.

Nos subcapítulos seguintes se procura verificar, já a partir de uma análise construtiva, o quanto os resquícios das políticas de liberalização econômica do novo regionalismo foram capazes de fazer com que as sociedades latino-americanas e caribenhas, assim como os seus líderes, foram influenciadas a não aderir aos projetos liderados por Chávez. Para tal, se verifica o estabelecimento de eixos de

investigação específicos que facilitarão o desenvolvimento desta hipótese: o surgimento de uma onda de presidentes de esquerda na América Latina e Caribe a partir do pós-novo regionalismo, as crises econômicas que a Venezuela enfrentou na virada da década de 2010, a oferta excessiva de várias outras propostas de integração, o radicalismo de Chávez etc.

A linha de pesquisa aconteceu por meio da análise de documentos de fonte primárias e secundárias, tais como livros, artigos e publicações oficiais de organizações internacionais. O método empregado foi observacional do tipo qualitativo, utilizando-se da bibliografia-chave acerca do tema.

1. ALBA

1.1 Fundação, características e objetivos

Para servir de base ao desenvolvimento do trabalho, é necessário primeiro fazer uma descrição introdutória acerca do que é, de fato, a ALBA. Sendo assim, este objeto de estudo será, logo no início, o ponto de partida de análise desta monografia. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos é uma proposta contemporânea de integração regional latino-americana e caribenha que visa fortalecer a união dos países que aderirem a ela por meio de iniciativas de cooperação mútua nas áreas econômica, comercial, social e política. Segundo Hirst e Sabatini (2015, p.1), a primeira menção pública desta proposta surgiu durante uma conferência que envolvia países caribenhos na ilha de Margarita em 2001, quando o então presidente da Venezuela Hugo Chávez explicitou sua intenção ao dizer que “Nós de Caracas continuamos a promover a ideia bolivariana¹ de atingir a integração política de nossos Estados e nossas repúblicas. Uma confederação de Estados latino-americanos e caribenhos, por que não?” (CHÁVEZ *apud* HIRST; SABATINI, 2015, p. 1).

Cusack (2019, p.29) afirma que o comentário improvisado de Chávez teria sido “uma espécie de travessura contra a ALCA²”. O presidente de Cuba Fidel Castro então abordaria seu homólogo venezuelano para entender o que exatamente ele tinha em mente quando explicitou seu plano. Assim sendo, ambos os líderes entraram em conversações sobre como adotar as ideias dos movimentos sociais anti-ALCA em voga na época e adaptá-las em um acordo que refletisse a realidade e a vontade de cooperar mutuamente dos dois países.

A idealização desta proposta se concretizou sob uma organização formal no dia 14 de dezembro de 2004. Assinada em Havana, a Declaração Conjunta Venezuela-Cuba demonstrava logo no Artigo II a sua posição anti-imperialista:

¹ Simón Bolívar foi um general, político e revolucionário venezuelano celebrado como herói pela sua participação direta em algumas das lutas de independência das colônias da América Latina contra a sua metrópole, o Império Espanhol, durante os primeiros anos do século XIX. Mais informações sobre o seu legado poderão ser encontradas no subcapítulo seguinte deste volume.

² A sigla corresponde à Área de Livre-Comércio das Américas, uma proposta de cooperação econômica de cunho neoliberal oriunda dos Estados Unidos que surgiu em 1994.

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes (PORTAL ALBA, 2021d).

Já no artigo VIII, há uma menção explícita a Simón Bolívar e outras figuras históricas que ajudaram a moldar e propagar as ideias de autonomia da região por trás das lutas de independência das ex-colônias e de uma possível integração entre as partes após a vitória sobre o Império Espanhol:

Afirmamos que el principio cardinal que debe guiar el ALBA es la solidaridad más amplia entre los pueblos de la América Latina y el Caribe, que se sustenta en el pensamiento de Bolívar, Martí, Sucre, O'Higgins, San Martín, Hidalgo, Petion, Morazán, Sandino y tantos otros próceres, sin nacionalismos egoístas ni políticas nacionales restrictivas que nieguen el objetivo de construir una Patria Grande en la América Latina, según la soñaron los héroes de nuestras luchas emancipadoras (PORTAL ALBA, 2021d).

No mesmo dia, Chávez e Castro assinaram um acordo entre os dois países. O Acordo entre Venezuela e Cuba para a aplicação da ALBA contém artigos que retratam o desejo dos líderes em estreitar os laços, principalmente em termos econômicos e financeiros (PORTAL ALBA, 2021a). Esta seria a primeira tentativa de Caracas de implementar o princípio da complementaridade, em que um Estado deveria oferecer o que possui de mais atrativo e vantajoso para preencher as necessidades do outro (CUSACK, 2019, p. 29). O Artigo 11 explicita este conceito ao afirmar que:

Al concertar el presente Acuerdo, se han tenido en cuenta las asimetrías político, social, económico y jurídico entre ambos países. Cuba, a lo largo de más de cuatro décadas, ha creado mecanismos para resistir el bloqueo y la constante agresión económica, que le permiten una gran flexibilidad en sus relaciones económicas y comerciales con el resto del mundo. Venezuela, por su parte, es miembro de instituciones internacionales a las que Cuba no pertenece, todo lo cual debe ser considerado al aplicar el principio de reciprocidad en los acuerdos comerciales y financieros que se concreten entre ambas naciones” (PORTAL ALBA, 2021a).

O documento enfatiza a necessidade de nortear todas as ações que envolvem a ALBA com um compromisso recíproco de solidariedade, cooperação e justiça, dando-lhe assim um aspecto popular muito relevante ao sublinhar que os signatários agirão para benefício mútuo com o objetivo de minimizar as carências econômicas e sociais conjuntas, ao contrário dos contratos com conteúdo

exclusivamente comercial que dominavam a região até então e visavam especialmente a maximização dos lucros (CUSACK, 2019, p. 29).

Esta abordagem fica mais óbvia quando se analisa os itens específicos do artigo seguinte, onde Havana se compromete a conceder mais de 15.000 profissionais médicos da Missão Barrio Adentro para orientar futuros trabalhadores tanto na área mais abrangente (clínica geral) quanto em áreas específicas na Venezuela e também estabelecer centros básicos de atendimento para prestar serviços de saúde nas zonas mais pobres do país, abrangendo no total mais de 15 milhões de pessoas. Já em outras partes do texto é possível verificar que Caracas recompensará a ajuda ao investir no setor energético da ilha, oferecendo assim bolsas acadêmicas neste setor para estudantes cubanos, financiando projetos de infraestrutura na indústria elétrica e transferindo tecnologia própria, além de se comprometer em exportar seu recurso mais abundante, o petróleo (PORTAL ALBA, 2021a).

A cooperação estabelecida entre a abundante matéria-prima venezuelana e os médicos cubanos definem o espírito da ALBA mais do que qualquer outra iniciativa, e outros projetos foram tomados com o mesmo objetivo, tais como o programa *Milagro* (operações oculares gratuitas), *José Gregório Hernández* (formulação de um censo para identificar deficiências). A natureza social destas iniciativas focadas na área da saúde foi um dos grandes destaques do texto, apesar de que a organização de integração regional inovaria não somente no campo comercial, mas também no financeiro e político (CUSACK, 2019, p. 29-30).

Entretanto, o acordo estipula uma cooperação sob vários outros aspectos. No artigo 5, por exemplo, as partes combinam em fazer esforços para eliminar o analfabetismo, inclusive em países terceiros. Já no artigo 10, os governos se comprometem a elaborar eventos culturais que promovessem as identidades naturais dos dois povos. Em outras trechos da declaração, Cuba e Venezuela decidem facilitar o transporte interno de seus passageiros e de carga, bem como o uso de instalações aeroportuárias, para assim consolidar o mercado turístico. Ambas os países também concordam em abrir subsidiárias de bancos estatais no território do aliado e criar um sistema recíproco de adoção de créditos comuns para tornar os pagamentos e cobranças de transações comerciais e financeiras menos burocráticos. Por último, é interessante observar as iniciativas de Chávez para amenizar o embargo econômico em que a ilha está sujeita: todas as importações

feitas a partir dela terão as barreiras não-tarifárias eliminadas, não serão cobrados impostos sobre os lucros provenientes de investimentos estatais e de empresas mistas feitos na Venezuela e também haverá o fornecimento de incentivos fiscais para programas em áreas estratégicas para a economia (PORTAL ALBA, 2021a).

Quanto mais se analisa os contratos fundadores da organização, mais se percebe que os contrastes entre os objetivos da ALBA e da ALCA são latentes. Enquanto a última pretendia neutralizar os subsídios e as tarifas referentes à agricultura para fomentar o mercado de todo o continente, a primeira, por exemplo, dava ênfase à produção e segurança alimentar, visando a proteção de tarifas para proteger as indústrias nacionais do setor agrícola. Com relação aos investimentos governamentais, a proposta de Chávez priorizava as companhias domésticas no que tange à distribuição de serviços requeridos pelo Estado, enquanto que o projeto de Bush visava abrir mercados para licitações em projetos públicos. Caracas planejava instituir o acesso a tribunais nacionais como método de resolução de conflitos dentro da sua própria organização, ao passo que Washington estipulava a mediação e arbitragem internacionais como forma de definir as disputas internas relacionadas à ALCA (HIRST; SABATINI, 2015, p. 5).

A melhor maneira de estudar a estrutura da ALBA para identificar os seus limites não é, entretanto, um consenso entre os acadêmicos, pois a adesão de novos membros ou o impacto que outros países tiveram com a iniciativas da organização afetaram as interações internas da mesma, muitas vezes ditando seus rumos e aspirações. Enquanto alguns teóricos focam apenas nas relações entre os signatários formais, outros incluem os acordos no setor energético com demais nações da América do Sul e Caribe nesta dinâmica. A abordagem mais aceita, contudo, reside no entendimento da ALBA como um projeto de integração em andamento alinhado com uma oferta de regionalismo³ aberto para qualquer Estado pertencente à América Latina e Caribe (ALC). Sendo assim, muitos estudiosos consideram que os desdobramentos da entidade podem ser estudados considerando os participantes de facto que a compõem, o que vai além das delimitações de jure acordadas formalmente desde a sua criação (CUSACK, 2019, p. 32).

³ Mais informações sobre o tema podem ser encontradas no subcapítulo 2.2 deste volume.

Entretanto, uma abordagem mais prática de se analisar o motivo pela qual a ALBA foi fundada e entender quais são os seus objetivos principais reside em um documento didático e introdutório apresentado pelo historiador e especialista em integração latino-americana e caribenha Fernando Bossi Rojas durante a III Cúpula dos Povos em 03 de novembro de 2005 na Argentina, que contava com a presença dos presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro. O texto *Ocho puntos para conocer el ALBA* acabou se tornando o ponto de partida que estabelece o padrão de comportamento da organização e exemplifica como ela deve agir, além de relatar as potencialidades únicas da ALC (PORTAL ALBA, 2021e).

O item 1, por exemplo, descreve a entidade como uma rota alternativa à ALCA, conforme já descrevemos em detalhes anteriormente. No decorrer do documento, o autor narra como a política externa dos Estados Unidos e de outros atores estrangeiros com relação à América Latina e Caribe tinha sucessivamente a mesma característica comercial predatória, e deixa claro o papel de ruptura que o novo empreendimento iniciado por Cuba e Venezuela apresentava para a região ao reconhecer e enfatizar as lutas históricas travadas pelos povos nativos oprimidos na tentativa de se libertarem do domínio externo. Ele é, portanto, um projeto construído para ser radical na sua essência, pois simboliza uma nova etapa desta contínua busca por autonomia (PORTAL ALBA, 2021e).

O ponto 2 trata de descrever a ALBA como uma organização internacional de perfil original que recusa se inspirar em qualquer modelo já vivido no exterior. Por meio deste tópico é possível constatar que os objetivos desta nova proposta de integração regional não podem ser alcançados ao se copiar o processo de formação da União Europeia (UE) ou o processo de unidade política soberana dos EUA, por exemplo, pois ambas as entidades tiveram a lógica liberal-burguesa como mentora de seus esforços. No último caso, o sucesso da união estadunidense enquanto país teve como consequência o genocídio de uma parte considerável dos povos originários, além da exploração e do roubo dos recursos naturais e uso da mão de obra forçada, o que jamais deve servir como uma referência para a construção de uma nova realidade (PORTAL ALBA, 2021e).

A parte 3 do documento trata de fazer uma lista evidenciando as potencialidades geográficas, naturais, econômicas e sociais que tornam a ALC um território com grande disponibilidade para desenvolver suas capacidades internamente, o que lhes dá um caráter endógeno e autossuficiente. São elas:

campos férteis, a abundância de fontes minerais e energéticas, a biodiversidade, a opulência de recursos hídricos e água potável, o espalhamento de territórios geográficos da América Latina e Caribe pelo planeta (a partilha da Antártica e a posse chilena da Ilha da Páscoa, na Oceania, por exemplo), a riqueza cultural popular dos povos originários e sua contribuição na construção de uma identidade revolucionária para a região por meio das lutas de independência, os estabelecimentos de empresas estatais e o desenvolvimento de um novo modelo financeiro para administrar tais companhias. Só assim, a região estaria preparada para enfrentar qualquer dificuldade que possa ameaçar os interesses em comum das nações que a compõem, sendo a integração a única maneira de garantir o bem-estar de seus povos (PORTAL ALBA, 2021e). Como disse o Comandante Daniel Ortega, presidente da Nicarágua (ORTEGA *apud* PORTAL ALBA, 2021e).:

Necesitamos la unidad para lograr que nuestros pueblos potencien toda su riqueza, todos sus recursos naturales; necesitamos la unidad latinoamericana y caribeña para que juntos, seamos más fuertes (PORTAL ALBA, 2021e).

Os itens 4, 5 e 6 falam sobre a participação de um povo consciente do próprio passado para construir um projeto comum para o futuro guiado por princípios como a solidariedade e a igualdade. O tópico seguinte destaca a personalidade programática e proposital da ALBA ao mencionar os Grandes Projetos Nacionais, afirmando que a organização deve ter uma natureza prática. Esses, por sua vez, correspondem a qualquer ação que tenha como intenção cumprir com os propósitos da aliança. Eles precisam ser aprovados por todos os Estados-signatários, e pelo menos dois ou mais membros devem fazer parte do seu plano de execução. Rojas destaca que os Grandes Projetos Nacionais são compostos de ideias e aspirações contrárias ao neoliberalismo, imperialismo e chauvinismo e que podem abarcar diferentes temáticas como questões culturais, industriais, científicas, financeiras etc. Alguns exemplos desses planos são o Banco da ALBA, o Conselho Ministerial da Mulher e a Companhia Granacional de Telecomunicações. Por fim, o oitavo e último ponto é uma síntese de tudo o que foi trabalhado anteriormente, pois ele descreve esta iniciativa contemporânea de integração latino-americana e caribenha como sendo uma nova busca por independência, revolução e socialismo (PORTAL ALBA, 2021e). Como disse Hugo Chávez (CHÁVEZ *apud* PORTAL ALBA, 2021e).:

La batalla del ALCA, sin duda que la hemos ganado, pero ¡cuidado!, eso es sólo una batalla, eso es sólo una batalla de tantas batallas pendientes que nos quedan para toda la vida, ahora, decía que tenemos una doble tarea, enterrar el ALCA y el modelo económico, imperialista, capitalista por una parte, pero por la otra, a nosotros nos toca ser los parteros del nuevo tiempo, los parteros de la nueva historia, de la nueva integración, los parteros del ALBA, la Alternativa Bolivariana para los pueblos de Nuestra América, una verdadera integración liberadora, para la libertad, para la igualdad, para la justicia y para la paz [...]” (PORTAL ALBA, 2021e).

A ALBA, portanto, pode ser lembrada e estudada por meio de todos as características mencionadas acima: radical, original, endógena, popular, solidária, igualitária, propositiva, independentista, revolucionária e socialista (PORTAL ALBA, 2021e).

1.2 Referências históricas e o legado de Simón Bolívar

Com base no que foi dito anteriormente, é possível verificar que há uma evidente inspiração na figura de Simón Bolívar e nas suas contribuições dentro da América Latina e Caribe para a construção ideológica da ALBA, façanhas essas que são lembradas até hoje não apenas pelos historiadores, internacionalistas e outros acadêmicos, mas também por aqueles que ainda não se conformam em aceitar que uma região tão rica em potencialidades veja as suas aptidões naturais e culturais ainda serem desperdiçadas internamente, mas subjugadas e usadas conforme os interesses de forças externas. Neste subcapítulo se traçará um recorte específico e introdutório sobre os acontecimentos históricos envolvendo Bolívar para tentar compreender por que ele é tão reverenciado pelos apoiadores da organização, assim como fazer uma descrição dos resultados práticos de suas façanhas para os países do continente e do legado imediato que o guerreiro venezuelano deixou nos projetos de integração dos anos seguintes.

Segundo Söderbaum (2015, p. 19), as lutas das colônias latino-americanas e caribenhas contra as metrópoles europeias no começo do século XIX foram responsáveis pelos primeiros anseios por uma aliança conjunta entre as sociedades que habitavam o território hispânico ao provocar nelas um sentimento de unidade, dando as bases do que seria o início de um sentimento de pan-americanismo. O político e general Bolívar desempenhou um papel essencial nas batalhas que a região enfrentou contra o Império Espanhol e também na projeção de uma suposta

comunidade de repúblicas americanas com um exército comum, um acordo de defesa mútua e uma assembleia popular supranacional. Exilado no exterior após sofrer algumas derrotas militares, ele redigiria em Kingston a Carta da Jamaica, um documento de 1815 em que expressa formalmente o seu desejo em criar três federações no hemisfério ocidental envolvendo o México e a América Central, uma na parte norte e uma na parte sul da América do Sul (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 190-191).

Após a vitória contra o Império Espanhol em 1824, Bolívar convidou os recém-formados Estados americanos e a Grã-Bretanha (pelo seu “apoio à causa da independência) ao Congresso da Liberdade, que tinha como objetivo estabelecer uma confederação na região e pressionar Madri a reconhecer a derrota. Os EUA, Brasil e o Haiti foram excluídos da reunião (FAWCETT, 2005, p.30). A esperança de se construir uma integração foi renovada pelo general durante o Congresso do Panamá em 1826. Os artigos 1º e 2º do texto oficial escrito na ocasião dizem que:

(Art. 1.º) Las Repúblicas de Colombia, Centro América, Perú y Estados Unidos Mexicanos, se ligan y Confederan mutuamente, en paz y guerra, y contraen, para ello, un pacto perpetuo de amistad firme e inviolable y de unión íntima y estrecha con todas y cada una de dichas partes.

(Art. 2.º) “El objeto de este pacto perpetuo, será sostener en común, defensiva y ofensivamente si fuera necesario, la soberanía e independencia de todas y cada una de las potencias confederadas de América contra toda dominación extranjera, y asegurarse, desde ahora, para siempre, los goces de una paz inalterable, y promover, al efecto, la mejor armonía y buena inteligencia, así entre los pueblos, ciudadanos y súbditos, respectivamente, como con las demás potencias con quienes debe mantener o entrar en relaciones amistosas (PORTAL ALBA, 2021c).

De caráter defensivo, o encontro já planejava conter qualquer política expansionista de Washington, que três anos antes havia implementado a Doutrina Monroe⁴. Outros Congresso aconteceriam em Lima em 1847, na cidade de Santiago em 1856 e novamente em Lima em 1864, mas as aspirações em consolidar um projeto de integração foram infrutíferas. O acordo sobre defesa mútua, por exemplo, nunca foi ratificado. Uma das causas do fracasso está no processo recente dos países latino-americanos em tentar se consolidar. O Brasil tinha uma postura diferente por ser colonizado por Portugal e ainda ter se tornando uma monarquia após a independência, ao passo que seus vizinhos se tornaram repúblicas após uma

⁴ A Doutrina Monroe foi institucionalizada a partir de 1823 pelo presidente James Monroe e promovia a não-interferência das ex-colônias europeias sobre o continente americano.

série de lutas revolucionárias. A Argentina optou por não fazer parte do projeto integracionista por medo de Bolívar se tornar uma autoridade hegemônica na região (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 190-191).

Com a derrota do seu principal rival, a Doutrina Monroe cresceria e se tornaria a marca registrada dos Estados Unidos para a ALC, o que ocasionou uma pressão por mudança na visão de como deveria se dar a unificação do território. Entretanto, ela seria contestada algumas vezes no campo das ideias por intelectuais que deram continuidade às idealizações bolivarianas, já que o militar morreria em 1830 de tuberculose, e prosseguiram com debates para entender qual seria o papel futuro de Washington no continente. O humanista, diplomata e legislador chileno Andrés Bello se destaca neste sentido. Seus escritos evidenciavam um panorama latino-americano da prática de relações internacionais. A obra “Princípios de Direito Internacional”, publicada em 1832, falava sobre conceitos como soberania, igualdade e não-intervenção acabou por moldar as relações externas dos países americanos. Sobre a possibilidade de se formar um Congresso Americano comum às nações da região, Bello afirmou em 1844 que o órgão deveria discutir e regular os interesses globais dos seus membros de forma igualitária. Ele ainda estabeleceria tópicos-chave na ideologia do latino-americanismo com a oposição à chamada “intervenção armada”, a importância da mediação, os perigos da hegemonia, a relevância do comércio e, mais uma vez, o pressuposto da não-interferência em assuntos internos dos outros Estados. Segundo o humanista, a colaboração mútua seria uma força estabilizadora em um território ainda em consolidação: “The fact that most of the American states do not as yet possess settled institutions is no obstacle. They have de facto governments; they can in consequence, join together.” (BELLO *apud* FAWCETT, 2005, p.31-32).

Uma tentativa engenhosa de oficializar os objetivos da Doutrina Monroe aconteceu por meio do convite para um congresso de paz em Washington no ano de 1882 pelo então secretário de Estado norte-americano James G. Blaine, a fim de debater disputas territoriais pendentes e desenvolver um mecanismo imparcial e comum para resolver os impasses desta natureza, mas a proposta acabou não vingando. Entretanto, isso não impediu que os republicanos e democratas aprofundassem sua aspiração por uma agenda de expansão comercial na região (FAWCETT, 2005, p.31-32).

Uma nova visão de integração regional começaria a partir de uma série de conferências pan-americanas patrocinadas pelos EUA, que iriam de 1889 até 1930. O principal objetivo era promover uma ideologia de regionalismo para o continente inteiro por meio de instituições multilaterais formais que estimulassem o comércio, o desenvolvimento, a paz e a democracia. Aqui estaria plantada a semente de um constante impasse que duraria décadas entre a visão latina de pan-americanismo, que buscava o fortalecimento de sua autonomia e uma força contrária ao anti-imperialismo, em contraste com a versão estadunidense mais abrangente e hegemônica. Ainda concentrada na missão de isolar os vizinhos do ressurgimento de uma nova influência europeia, a potência emergente conseguiria fazer cumprir alguns dos seus interesses anos depois com o estabelecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio) em 1947 e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) um ano mais tarde (BIANCULLI, 2016, p.155).

Os esforços das ex-colônias hispânicas em incluir valores bolivarianos durante os debates e decisões da primeira conferência foram um fracasso, mas o encontro acabou criando a União Pan-Americana, a antecessora da própria OEA. Uma união aduaneira e um sistema de arbitragem foram inclusive levados em consideração, mas nunca saíram do papel. Além disso, havia uma preocupação natural por parte dos países latino-americanos e caribenhos de que Washington substituiria as metrópoles europeias na tentativa de subjugar os vizinhos, e este medo em comum pode ser verificado pela opinião de vários intelectuais da época. O nacionalista cubano José Martí, motivado pelas batalhas de independência da ilha e de seus vizinhos, disse pouco antes de morrer que sua função em vida foi prevenir que os Estados Unidos tentassem se aventurar pelo Pacífico na busca pelas Índias Ocidentais e acabassem encontrando e dominando outros possíveis territórios próximos à costa andina, chilena ou central que pudessem ser de grande proveito para os povos da “Nossa América” (FAWCETT, 2005, p.32-34).

Além disso, ele também criticou as ex-colônias pela incapacidade de formarem uma voz uníssona contra abusos e intervenções. As preocupações da região se tornaram ainda mais legítimas após a própria vitória dos EUA sobre a Espanha na guerra por libertação de Cuba em 1898, no qual o primeiro interferiu na disputa motivado por uma política externa anti-Madri. A batalha acabaria por estabelecer uma fase de domínio que durou até 1934 e ajudou a aumentar a

influência de Washington na ilha, nas Filipinas e em Porto Rico. O sucesso dos Estados Unidos em se expandir começou a provocar o aumento de iniciativas contra-hegemônicas e impulsionou as intenções espanholas em recuperar a influência sobre suas antigas colônias, criando assim uma identidade cultural comum concentrada em valores anti-imperialistas chamada de hispanismo, que acabou sendo um tema frequente nas obras literárias de escritores da época como o uruguaio José Enrique Rodó e o nicaraguense Rubén Darío (FAWCETT, 2005, p.32-34).

Uma conferência em Madri no ano de 1900 simbolizaria uma ousada série de tentativas diplomáticas de fazer o país retomar a credibilidade sobre a região latino-americana e caribenha para conter a atuação dos EUA. Como observou o escritor venezuelano Rufino Blanco Fombona em suas obras sobre a figura de Bolívar, o herói revolucionário passou a se tornar reverenciado nos círculos políticos da antiga metrópole neste período. A agenda externa não surtiu efeito nem para a Espanha e nem para seus agora supostamente aliados, e a assimetria do poder de Washington frente a uma resistência frágil no sul do continente e até mesmo na própria Europa acabaria por ser aprimorada e reforçada ao longo do século XX (FAWCETT, 2005, p.32-34).

Assim sendo, por meio do que foi descrito no presente subcapítulo até então, pode-se dizer que todas as iniciativas históricas de integração bolivarianas para a América Latina e o Caribe falharam não apenas no seu propósito original pós-independências, mas também nos seus empreendimentos ao longo das décadas. A ascensão dos EUA se mostrava evidente e inevitável. Entretanto, apesar de obterem poucos resultados práticos, as ideias do general venezuelano ecoaram pelas mentes de muitos outros intelectuais e autoridades políticas, chegando até os dias atuais com a formação da ALBA. Por outro lado, também pode-se observar que a posição contundente e contínua das ex-colônias sobre o princípio da não-intervenção obteve resultados mais animadores. Segundo Acharya (2018, p. 90-91) o jurista argentino Carlos Calvo lançou em 1868 as bases de um movimento desta natureza quando ocupava o cargo de diplomata na França. Em seu livro *Derecho Internacional Teórico y Práctico de Europa y América* ele salientou que o suposto direito de interferência reclamado pelas potências estrangeiras em assuntos internos dos países latino-americanos e caribenhos deve ser veemente rejeitado para salvaguardar os cidadãos nacionais. Anos mais tarde, em 1902, o Ministro dos

Negócios Estrangeiros Luis Drago também contestou as mesmas afirmações por parte dos Estados Unidos e da Europa quando a possibilidade do uso da força começou a ser levada em consideração para obrigar as ex-colônias a pagar suas dívidas de soberania após as independências. Mesmo com a oposição de Washington, vários parlamentos da região reconheceram os governos revolucionários como de jure.

Ambas as doutrinas Calvo e Drago serviram como inspiração para a futura aplicação de normativas complementares que tinham o princípio do respeito pela autoridade estatal como fundamento. A constante defesa dos territórios levou os EUA a abandonar a política da Doutrina Monroe em 1933 e a aceitar a não-intervenção como uma reivindicação básica para manter relações com os vizinhos do sul. Contudo, esta façanha teve como contraponto a aceitação da América Latina em receber a defesa dos EUA caso necessário, o que de certa forma cumpriu com os objetivos do país em impedir qualquer empreendimento europeu de recolonizar o território (ACHARYA, 2018, p. 90-91).

1.3 Venezuela e sua relação com a evolução da ALBA

Vimos no subcapítulo anterior que as origens e motivações históricas por trás dos pensamentos que permeavam a criação da ALBA surgiram durante as tentativas frustradas de integração regional que aconteceram na época das lutas de independência. As ideias do bolivarianismo acabariam perdendo força e ficando adormecidas por anos no inconsciente da maioria da população, até serem resgatadas por uma série de modificações na política econômica da Venezuela na virada do novo milênio.

Segundo Cusack (2019, p. 58-59), o país passou por vários períodos diferentes sob a presidência de Hugo Chávez: após insinuações em 1999 de um “terceiro caminho” sob uma orientação de centro-esquerda, o líder adotou a partir de 2003 a estratégia de “desenvolvimento endógeno” antes de ser radicalizar de vez em 2005 com o chamado “socialismo do século 21”. A deterioração deste paradigma já estava em um estágio avançado com a morte de Chávez em março de 2013, mas a postura cada vez mais autoritária de seu sucessor Nicolás Maduro apenas acentuaria as rachaduras do modelo. A história imediata, a criação, a expansão e a

paralisação da ALBA estão intimamente ligadas ao ressurgimento do bolivarianismo na Venezuela e ao reflexo do desenvolvimento político e econômico da mesma, que é considerada a principal mentora, fundadora e articuladora da organização.

Chávez disse em diversas ocasiões que ele estava insatisfeito como o modo de produção capitalista funcionava desde que misturava suas funções entre ser um estudante de Ciências Políticas e um militar do Exército por volta dos anos 1980. Sua indignação com a conjuntura do país se aprofundou no final da década quando discordou da forma como o então presidente Carlos Andrés Pérez repreendeu violentamente uma série de protestos que estavam acontecendo nas ruas de Guarenas e Caracas contra uma medida de ajustamento que aumentava o preço da gasolina e da passagem do transporte público, fenômeno que ficou conhecido como *Caracazo*. Nesta altura, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava práticas neoliberais nos países com os quais tinha relação, e o apoio governamental para serviços públicos estava a ser reduzido (MURPHY, 2015, p.13-15).

Ao mesmo tempo, observava-se que as classes mais ricas não estavam sofrendo com o status quo. Acreditando que o capitalismo não poderia ser humanizado, mas que o povo não estava preparado para uma mudança estrutural radical abrupta, Chávez teorizava que o melhor seria criar um modelo de socialismo novo, tendo em vista que as suas versões antigas, tal como a que existiu na União Soviética, não prosperou. Adotando como uma de suas referências o trabalho do escritor marxista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo alemão Heinz Dieterich, ele argumentava que o modo de produção socialista implementado na Venezuela não deveria ser pré-definido nem ter natureza dogmática, mas sim ser construído no dia a dia com grande participação social e flexibilidade suficiente para impulsionar a capacidade assertiva do público e aceitar suas críticas sérias. Agora na posição de tenente-general, Chávez planejou um golpe militar para tirar Carlos Andrés Pérez do poder em 1992 com a ajuda do seu Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), mas acabou fracassando e sendo preso. A sua projeção, entretanto, atrairia um forte apoio popular (MURPHY, 2015, p.13-15).

Já solto da prisão, Chávez seria eleito presidente do país em 1998 por meio do partido que ele próprio criou, o Movimento V República, dando início ao período da Nova República e da Revolução Bolivariana. Um de seus primeiros feitos foi redigir a Constituição de 1999. Nela, o líder destacaria a busca pela autonomia nacional e da América Latina e Caribe como um todo, estimularia o desenvolvimento

interno pelo uso de políticas seletivas de protecionismo industrial (Artigo 302 da Constituição) e lutaria para obter a legitimidade das camadas que o representavam. Além disso, a integração da região foi descrita como um objetivo comum para o progresso (Artigo 153) (CUSACK, 2019, p.59). Em 1999 Chávez, durante o encontro do 11º Conselho Presidencial Andino, já tinha mencionado que uma união regional tinha que ser política, cultural e militar, não apenas econômica. Sua visão integracionista ia além de uma aspiração puramente ideológica, tendo em vista que sempre ecoou no que parecia ser também o interesse dos seus vizinhos. É nesta época que o político começaria a promover o Petroamérica, um projeto que pretendia tornar o Brasil, o México e a própria Venezuela como os maiores produtores de petróleo da ALC (MUHR, 2011, p. 174-176).

Outros trechos relevantes da Constituição também devem ser mencionados. A função estratégica do Estado sobre a economia seria, portanto, aprofundada, ao passo que o acesso aos recursos naturais às potências estrangeiras seria dificultado (Artigos 302 e 303). Apesar de permanecer intocável, o princípio de propriedade e empresa privadas passaram a coexistir com uma espécie de propriedade coletiva, cujo modelo de economia popular baseado na participação social e na gestão comunitária de trabalhadores foram ativamente promovidos (Artigos 118, 185, 70, 308). Ela também traria uma democracia com um protagonismo de “baixo para cima”, enquanto que a legitimidade da produção originaria direitos reforçados e bem-estar para grupos até então invisíveis para a sociedade (Artigo 62º e Capítulo V). Estas reformas exigiram um controle maior sobre a indústria do maior setor de energia da Venezuela, o petróleo. Chávez então desestruturou a administração da companhia de petróleo estatal PDVSA, dobrou os royalties e fez lobby na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – da qual o país fazia parte desde 1960 – para que os membros respeitassem as quotas de produção estabelecidas em acordo. Após o atentado terrorista contra as Torres Gêmeas nos EUA em 11 de setembro de 2001, o preço da matéria-prima aumentaria exponencialmente, o que encheria os fundos disponíveis para investimentos produtivos e gastos sociais ao mesmo tempo em que irritava a elite convencional acostumada a se beneficiar sozinha com os lucros provenientes da empresa (CUSACK, 2019, p. 59). A Constituição de 1999 não é um ressurgimento do nacionalismo metodológico – que pega a escala nacional como a interação primária das relações sociais e entre um sistema interestatal – mas um nacionalismo

diferente no qual ele classifica como bolivariano, que dissolveria a dualidade existente entre o campo nacional e internacional (MUHR, 2011, p. 86).

Entretanto, de acordo com Murphy (2015, p. 15-16), Chávez acabou por concluir que adotar a abordagem da terceira via do primeiro-ministro britânico Tony Blair não faria o modo de produção capitalista ser menos agressivo. Ele estava a flertar com as obras do economista chileno Osvaldo Sunkel, considerado um keynesiano “atualizado”. Ao contrário do que pregava o *laissez-faire*, a economia não se regularia sozinha em momentos cíclicos de crise e de desaceleração, no qual o nível do desemprego poderia se elevar e assim permanecer por um período longo de tempo. O Estado seria o agente responsável por interferir no problema e estimular o consumo e, conseqüentemente, a produção. As políticas governamentais, portanto, deveriam ser orientadas para atenuar as falhas do mercado e provocar menos sofrimento nas classes mais baixas da sociedade. Assim, pode-se dizer que as políticas econômicas da Nova República, que começou com após a eleição de Chávez, teve como característica um alinhamento com o keynesianismo, e a estrutura do capitalismo acabou por não ser modificada na raiz.

Em abril de 2002, uma tentativa falha de golpe de Estado orquestrada pela elite insatisfeita com os rumos da política econômica resultou no afastamento de Chávez do poder por algumas horas. Ainda segundo Murphy (2015, p. 16-17), após retornar à posição original, o presidente perceberia que um novo modelo de desenvolvimento era necessário para aprofundar as mudanças necessárias, tendo em vista que os ricos sempre representariam um empecilho neste sentido ao pressionar pela manutenção do *status-quo*. As ideias do marxista húngaro István Mészáros, condensadas no seu livro *Beyond Capital* de 1995, ajudariam a moldar as iniciativas de Chávez de 2003 até 2005, um período que ficou conhecido como “desenvolvimento endógeno”. Segundo o autor, na tentativa de amenizar o impacto do capitalismo, o coletivo deveria se auto-organizar de forma comunitária para fazer uma transição para um modo de produção mais igualitário e social que melhor atendesse às suas necessidades.

De acordo com Cusack (2019, p. 60-62), isto ocasionaria uma transformação voluntária de ideias “exógenas”, que favoreciam o mercado para um modelo baseado no “Estado-cidadão”, que teria como motor as capacidades e recursos próprios da Venezuela e a sua “dívida” com as classes inferiores. A propriedade e o capital seriam democratizados, enquanto novas organizações de economia social

ficariam responsáveis por criar empregos em zonas mais pobres, promovendo assim a autossuficiência. Uma das iniciativas mais marcantes da época foi a elaboração das famosas “missões”: programas que atendiam aos problemas fundamentais do povo local que prejudicavam o desenvolvimento nacional como o analfabetismo (Missão Robinson), a falta de atendimentos médicos (Missão Barrio Adentro) e direitos sociopolíticos (Missão Identidade). A Missão Vuelvan Caras, especificamente, possibilitaria uma “revolução produtiva e uma transformação cultural” por meio do ensino comunitário sobre os benefícios da prática da solidariedade e das cooperativas da economia social (CUSACK, 2019, p. 60-62).

Esta dinâmica de favorecer o desenvolvimento humano alinhado a uma ideologia de integração regional foi fundamental para a criação da ALBA em 2004. Inclusive, como já vimos anteriormente, algumas de suas propostas foram incorporadas e aprofundadas pelos membros da organização. A exportação de petróleo para Cuba amenizaria a dependência externa que a ALC tinha de acessar o recurso energético após a crise ocasionada pelo ataque de 11 de setembro. Caracas então assumiria uma posição de defesa da soberania nacional e tornaria o território um polo de ordem multipolar, acentuando sua oposição à política externa dos Estados Unidos (CUSACK, 2019, p. 60-62).

Uma mudança do período de “desenvolvimento endógeno” para o de “socialismo do século XXI” aconteceria após um discurso de Chávez no 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre no dia 30 de janeiro de 2005, considerado a primeira menção pública sobre os seus planos para a Venezuela e região. Os primórdios desse modelo estariam, contudo, descritos no Novo Mapa Estratégico de acordos para a área, elaborado em novembro de 2004 após a vitória do presidente no referendo de 15 de agosto do mesmo ano que o manteve no poder. Uma reforma do capitalismo estava, portanto, fora de questão, já que ele jamais seria capaz de reconciliar as diferenças entre as classes mais ricas e a assistência aos apelos sociais comunitários (MUHR, 2011, p.134).

O anúncio chocou a muitos. No mês seguinte o líder reforçaria sua fala ao argumentar que a criação de um socialismo com características próprias voltadas para o novo milênio seria o único caminho viável para contornar os prejuízos causados pelo modo de produção em que o mundo vive atualmente. Este modelo deveria reviver a noção de “poder popular”, e foi por meio dele que Chávez construiu sua campanha eleitoral e conseguiu renovar sua posição na presidência do país em

2006 (MURPHY, 2015, p. 13). Foi sob esta nova ideologia que a recém-criada ALBA passaria a adotar um tom cada vez mais anti-imperialista com o passar dos anos. Em um trecho do documento que assinala a entrada da Bolívia na organização em abril de 2006, por exemplo, o presidente da época Evo Morales disse:

Sólo la unidad de acción de los países latinoamericanos y caribeños, basada en los principios de cooperación, complementación, ayuda mutua y solidaridad nos permitirá preservar la independencia, la soberanía y la identidad, así como enfrentar con éxito las tendencias hacia el unilateralismo y las pretensiones hegemónicas, fortaleciendo un Tratado de Comercio de los Pueblos, la lucha por el mejoramiento del género humano y por la amistad, la solidaridad y la paz entre los pueblos del mundo debe ser obligación moral de todo gobierno (MORALES apud PORTAL ALBA, 2021b).

A partir de então, vários outros países da América Latina e do Caribe começaram a se tornar membros da aliança: Nicarágua, Dominica e Honduras em 2008, Equador, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda em 2009, Santa Lúcia em 2013, Granada e São Cristóvão e Neves em 2014 (CUSACK, 2019, p. 4-5). Ao mesmo tempo, a Venezuela passou a ser a grande articuladora de outras grandes iniciativas dentro da entidade, que visavam concretizar um ideal de “zona econômica de desenvolvimento econômico” (CUSACK, 2019, p. 17). O Tratado de Comércio dos Povos, por exemplo, era um projeto de 2009 que teve como origem a tentativa de estabelecer um regime de livre mercado com o Equador, cujo modelo deveria ser orientado pelo Estado. Seu objetivo era promover a multipolaridade, minimizar o desequilíbrio, empoderar as classes marginalizadas ao legitimar ideias e governos de esquerda e aprofundar os investimentos e a integração dos membros que a ALBA tinha até o momento. Entretanto, os esforços para sua implementação apenas consumiram energia humana e recursos materiais sem produzir efetivamente algum novo acordo, em parte porque houve conflitos jurídicos com outras organizações de unificação regional da ALC que engessaram os negociadores e os impediram de atuar além dos limites já estabelecidos por um complexo legado histórico, assim como uma pesada resistência burocrática que retardava qualquer avanço do projeto (CUSACK, 2019, p. 20-21).

O Sistema de Compensação Regional Unificado (SUCRE) é descrito como outra grande iniciativa que acabou não tendo frutos robustos. Criado em 2009, ele consistia no estabelecimento de uma moeda virtual elaborada para permitir que importadores e exportadores de dentro da ALBA pudessem evitar o uso do dólar

estadunidense como uma ferramenta intermediária para as transações comerciais, o que reduziria as despesas cambiais entre as partes envolvidas e lhes daria uma vantagem competitiva em comparação aos agentes externos. Tinha também como objetivo estruturar cadeias produtivas com maior valor agregado ao facilitar o acesso de organizações associativas específicas a mercados de exportação ao mesmo tempo em que incorporava produtores de um membro na provisão de assistência social legítima de outro. Embora o sistema tenha gerado bons resultados nos primeiros após a sua implementação oficial (2010-2012), houve empecilhos comuns que impediram o seu sucesso pleno, tais como as estratégias distintas de desenvolvimento dos países signatários. A dependência das importações que a Venezuela tinha fez com que a poupança em divisas fosse drasticamente reduzida. Seu regime monetário disfuncional, combinado com a dolarização da economia do Equador, que exportava produtos manufaturados como carros, facilitou vendas fictícias ou superfaturadas de Quito para Caracas com a finalidade de obter dólares subsidiados para a revenda no mercado clandestino venezuelano. Assim, o SUCRE acabaria por reforçar a corrupção dentro da ALBA, desgastando-a e minando a confiança entre os seus membros (CUSACK, 2019, p. 21-22).

Por último, o último grande projeto da organização a ser descrito neste subcapítulo é o Petrocaribe. Posta em prática em 2005, a proposta de Chávez para as diversas ilhas caribenhas era a de vender grandes volumes de petróleo em troca de pagamentos reduzidos e flexíveis frente aos fornecedores estrangeiros, o que serviria de amortecedor para os países beneficiários contra choques no preço da matéria-prima no exterior, além do fornecimento de um sistema de empréstimos que dava ênfase ao caráter social das transações, tendo em vista que considerava a realidade econômica das partes envolvidas e buscava legitimar programas de centro-esquerda que se dedicavam aos setores mais marginalizados das populações. Juntas, tais funções pretendiam reduzir a dependência do dinheiro de instituições financeiras internacionais e doadores e também permitir a estabilização das economias vulneráveis da região ao oferecer-lhes uma maior autonomia fiscal e política para a implementação de medidas de desenvolvimento específicas. O projeto conseguiu cumprir em parte com os objetivos, no entanto a sua política comercial acabou não prosperando, e a falta de um monitoramento rígido do crescente aumento da dívida que ia além do orçamento inicial estipulado acabou se tornando insustentável no longo prazo (CUSACK, 2019, p. 22).

Com base no que foi lido anteriormente, é possível concluir que a ALBA ainda não conseguiu atingir sua meta de converter-se em um polo de referência em integração para a América Latina e Caribe. Poucos países aderiram à organização até o presente momento, ao passo em que três de seus principais projetos acabaram mostrando rachaduras que comprometeram suas dinâmicas internas. Apesar de não ter a intenção de analisar cada um dos vários programas já elaborados pela ALBA e investigar detalhadamente os motivos que os levaram ao insucesso, o presente subcapítulo foi capaz de fazer uma descrição precisa acerca da relação que a Venezuela teve sobre a criação e o desenvolvimento da aliança ao longo dos anos, bem como a sua evidente estagnação. As razões gerais por trás desta desaceleração serão melhor averiguados e examinados no decorrer do trabalho.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL E REGIONALISMOS

2.1 O que é integração regional?

A história nos ensina que os Estados nacionais, tanto os europeus quanto os latinoamericanos e caribenhos, nasceram a partir de uma sequência de lutas e rivalidades entre os agentes políticos, mais especificamente o grupo que estava no poder – isto é, o governo – e o povo. Para se compreender o que leva os países a voluntariamente se sujeitarem a participar de uma estrutura de integração regional em vez de permanecerem no seu status de soberania isolada, há de se atentar ao significado dos dois conceitos principais por trás desta estrutura de cooperação mútua internacional: região e integração. Segundo Herz e Hoffman (2004, p. 159) uma região pode ser descrita como um espaço geográfico onde ocorrem fenômenos variados - econômicos, políticos, climáticos, militares etc – e que apresenta natureza variável, portanto podendo ser contínua ou não, pois a sua abrangência varia conforme o tempo e depende do critério que está a ser avaliado. Börzel (2016, p. 6) enfatiza ainda mais este conceito, afirmando que a noção de região é uma construção social que faz referência a uma contiguidade territorial ou normativa que foge de qualquer objetividade. Ele então dá o exemplo de que, geograficamente falando, o fim continente europeu ocorre no estreito de Bósforo, porém esta definição não coloca um ponto final na controvérsia debatida há anos sobre se a Turquia pertence ou não à Europa.

Ambas as ideias estão presentes na explicação dos autores Best e Christiansen (2020, p. 366), que apesar de ser um pouco mais simplista ao declarar apenas que a palavra região denota a ideia de uma parte distinguível de uma localidade geográfica mais abrangente, lança uma ótica mais administrativa sobre a questão ao afirmar que o seu uso pode representar tanto um pequeno território específico dentro de um mesmo Estado - que por vezes acabe se espalhando além das próprias divisas internas - , quanto uma área específica do planeta constituída por diversos países soberanos. Para BÖRZEL (2016, p. 7), geralmente uma região de caráter internacional engloba mais de dois países, podendo ser continentais (Oceania, Ásia, Europa), subcontinentais (África Ocidental), ou até mesmo transcontinentais (transatlânticas).

Quando os agentes que fazem parte de fenômenos sociais, econômicos, militares etc decidem interagir com agentes da mesma temática de uma região próxima e se unificar entre si, amplificando assim o escopo das ideias subjetivas que vão redefinir uma região maior resultante direta desta fusão, passamos a ter um processo do qual chamamos de integração. Tais agentes são divididos por dois critérios. Eles podem ter caráter governamental ou não, sendo retratados por indivíduos do governo ou da sociedade civil, respectivamente. A outra classificação, assim como a análise feita sobre o significado do conceito de região, fala sobre a abrangência da sua área de influência e o separa em nacionais, subnacionais e transnacionais (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 160).

Misturando ambos os critérios para exemplificar na prática, podemos dizer que os setores executivos do Estado representam os atores nacionais governamentais, ao passo que ONGs nacionais ficam dentro do que é considerado como não-governamentais. Entre os atores subnacionais governamentais estão o poder executivo dos estados e municípios, enquanto que as federações estaduais de comércio, agricultura ou indústria se posicionam na categoria não-governamental. Por fim, um exemplo de agentes governamentais transnacionais são as organizações desta natureza compostas por prefeitos ou governadores, enquanto as redes acadêmicas formadas por indivíduos de dois ou mais Estados constituem um exemplo não-governamental (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 160).

Aqui, para evitar equívocos, é necessário fazer uma distinção entre cooperação e integração, que se diferem a depender do tipo de acordos realizados entre as partes. A primeira apresenta diversas formas e acontece sem haver ligações entre os campos abordados e sem ocasionar qualquer mudança nas responsabilidades das unidades acordantes sob o âmbito do direito internacional (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, 366). Ela tem, portanto, uma dinâmica de relações intergovernamentais que não implica alguma transferência de poder para a organização regional que a promove. A Liga dos Estados Árabes se encaixa neste modelo (BÖRZEL, 2016, p. 8).

Considerando os temas que podem ser abordados, a cooperação de natureza funcional, por exemplo, ocorre quando os arranjos atuam sobre assuntos específicos, tais como saúde, energia ou transporte. Já na economia, este processo se caracteriza por possibilitar uma preferência comercial sem que haja assimilação de regras domésticas e/ou pressão para a tomada de decisões conjuntas em

assuntos internacionais. A cooperação na política pode se traduzir em apoio mútuo na implementação de valores e práticas entre os países envolvidos, enquanto que na área da segurança tal dinâmica se define pela constante partilha de informações sensíveis e/ou pelo posicionamento comum em fóruns e organizações internacionais (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 366). As organizações que promovem acordos cooperativos regionais variam entre as de tarefas específicas, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e as de objetivos múltiplos, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a UE (BÖRZEL, 2016, p. 8).

Por outro lado, o processo de integração formal se dá quando as interações em campos específicos vão além da eliminação das barreiras que dificultavam a interação, criando assim de fato uma região sob a ordem de novas regras comuns distintas. No que tange à economia, por exemplo, a integração leva a atingir níveis cada vez mais profundos de assimilação de práticas comerciais: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e, por último, uma união econômica e monetária. É natural que, com relação à união aduaneira, os países busquem se tornar uma voz uníssona internacionalmente, pelo menos no que tange à política tarifária, estratégia essa que resultaria em um novo grau de governança entre as partes acima dos Estados-nacionais, que transfeririam um pouco de sua autoridade para as organizações regionais (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 366). Este fenômeno é chamado de supranacionalismo e pode ser dividido em dois: a função do agrupamento acontece quando os agentes envolvidos participam da dinâmica de poder da soberania, atuando juntos nas decisões por maioria, por exemplo; já a função de delegação ocorre quando organizações supranacionais obtêm certas prerrogativas dos membros para lidar com situações abrangentes, tais como o acesso a tribunais de alto escalão quando há algum tipo de litígio em disputa (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 368).

Agora que os conceitos envolvendo os termos região e integração foram definidos, podemos elucidar como funciona o processo de fusão de ambos, gerando o que chamamos de integração regional. Neste sentido, tal evento seria um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre agentes que leva à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional. Este fenômeno pode, ou não, causar a formação de entidades institucionalizadas com tal finalidade, e que são sempre conduzidas pelos governos nacionais dos Estados. Embora elas possam ser designadas como

intergovernamentais, tendo em vista que sempre atuam sobre mais de um país, suas estruturas jurídicas institucionais muitas vezes são de natureza supranacional, reduzindo assim o grau de atuação individual dos seus membros. Assim como qualquer outra organização, uma das características básicas de todos os órgãos de integração regional é serem regidos por um documento constituinte e ter uma sede com um secretariado permanente. Eles devem abranger atividades de gerenciamento e execução que promovam simultaneamente a colaboração dos países em várias temáticas que conversam entre si: político-institucionais, socioculturais, econômicas etc. Esta característica é fundamental para diferenciá-las totalmente das organizações regionais de cooperação funcionais ou de segurança, por exemplo, conforme já especificamos anteriormente, pois ambas trabalham em cima de uma temática específica apenas (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 160-161).

A realidade complexa que foi apresentada acima poderia acender questionamentos na mente de muitos estudiosos: por que países, até então soberanos, decidiriam voluntariamente ceder parte de sua autoridade e buscar integrar-se a uma comunidade maior, mesmo que isso os obrigassem a perseguir objetivos em conjunto que não maximizariam tanto os seus benefícios quanto se eles fossem alcançados por vias nacionais? Tomando como exemplo o que vimos no capítulo anterior, os países da América Latina e do Caribe precisaram travar longas guerras no século XIX para se desvencilharem do poder de suas metrópoles e se tornarem independentes. Enquanto várias destas lutas estavam acontecendo, havia um clima de euforia, indecisão e discordância sobre como os novos Estados iriam se organizar a nível administrativo e territorial caso uma onda de vitórias fosse possível nesta parte do continente, o que acabou se concretizando. Como os planos iniciais de integração regional de Simón Bolívar não obtiveram o sucesso desejado, era de se esperar as nações latino-americanas e caribenhas permanecessem limitadas no seu escopo de atuação, lidando com seus vizinhos como entidades soberanas individuais. Entretanto, sabemos que a realidade atual mostra uma dinâmica distinta, tanto é que a ALBA é uma das organizações contemporâneas que procuram estreitar e assimilar os laços entre os países do continente com história semelhante pelas mais diversas temáticas.

Uma das alternativas para explicar a evolução destes arranjos nas regiões que estão em desenvolvimento está no contexto histórico de metrópole-colônia ao qual elas foram submetidas. A “gestão da independência” ajuda a entender a

conjuntura atual não apenas da América Latina e Caribe, mas também da África e de partes da Ásia. Como os Estados recém independentes ainda são muito inexperientes, eles buscam obter algum nível de integração no cenário contemporâneo para se harmonizarem nos seus processos individuais de consolidação da identidade internacional e assim estabelecerem interações formais entre si, com as suas antigas potências coloniais e com outras potências, que às vezes podem ser inclusive rivais. Apesar de que a opção de troca de interações ser mais comum por meio de organizações institucionalizadas, que são um instrumento facilitador que permite aos seus membros realizarem uma transição mais tranquila em um processo frequentemente conturbado, em alguns casos os países podem optar por realizar uma união a nível federal, que é quando as partes acordantes resolvem se fundir em uma só (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 366).

Uma série de outras vantagens podem ajudar os Estados a tomar a decisão de participar de um processo de integração. O princípio da unanimidade está presente na maioria das organizações, dando um sentido de igualdade para todos os filiados no momento da tomada de decisões ao exigir que todos concordem com alguma resolução importante, mesmo que questões rotineiras possam ser debatidas e resolvidas por voto majoritário. Já os países pequenos tendem a se beneficiarem ao fazer parte de um processo de integração, pois ao se associar com seus homólogos de maior tamanho e relevância a sua capacidade de interação com se torna mais equitativo, seguro e estável do que se tais interações ocorressem por meios bilaterais. Em uma comunidade regional, os Estados também conseguem desenvolver um mecanismo que lhes permita tomar novamente o controle sobre seus comércios e investimentos transfronteiriços de forma mais conveniente em um cenário instável e volúvel do comércio internacional e do mercado globalizado (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 368).

Entretanto, existem algumas desvantagens para os filiados neste processo de agregação que vão além da perda de parte da soberania, como já foi mencionado anteriormente. Aprofundando-se um pouco mais neste tópico, é possível verificar que com o temor de ceder um grau considerável de poder às organizações, os seus membros muitas vezes criam órgãos internos que possibilitarão a supervisão constante da sua tomada de decisões e funcionamento. Mesmo assim, porém, com o passar do tempo, as entidades que promovem a integração tendem a ganhar experiência, legitimidade e dinâmica de atuação que as conferem um certo nível de

autonomia daqueles que as fundaram. O aprofundamento das relações regionais também permite uma abertura a uma rede de contatos internacionais ao mesmo passo em que introduz uma camada adicional de condições e regulamentos que constroem ainda mais o poder dos países envolvidos. Estas regras podem ser simples e que traçam “maneiras de fazer as coisas” quando um objetivo em comum é perseguido, mas também normas oficiais ou leis vinculativas que podem ser aplicadas por meio de tribunais regionais. Um último prejuízo que a integração pode ocasionar aos Estados que dela participam consiste na presença de agentes da sociedade civil que atuam na dinâmica da colaboração internacional paralelamente às autoridades intergovernamentais, limitando assim os seus estatutos especiais como atores diplomáticos. Ao interagirem diretamente com setores tais como parlamentos, ONGs, sindicatos e associações empresariais que anteriormente apenas se comunicavam com a classe do poder executivo, os indivíduos da sociedade civil corroem o monopólio de representação externa máxima dos membros (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 368).

2.2 Definindo o regionalismo e entendendo as suas origens

Existem diversas organizações de integração regional atualmente, e elas atuam em todos os continentes. Nesta altura do trabalho, algumas dúvidas podem surgir naturalmente: existe alguma semelhança entre a ALBA e as suas homólogas para a ALC após a virada do milênio? Elas também passaram por um processo de estagnação depois do seu nascimento? Como estabelecer um critério em comum para se investigar a relação entre elas, a fim de se fazer uma breve comparação entre suas dinâmicas? Segundo Herz e Hoffman (2004, p. 162), quando organizações regionais de cooperação de temática funcional, de segurança, de acordos econômicos e políticos ocorrem simultaneamente com as organizações de integração regional em um período da história específico e no mesmo espaço definido, dá-se o nome deste fenômeno de regionalismo. Ao se analisar o mesmo por meio de uma linha cronológica, é possível observar que ele apresentou ondas de impulso distintas em épocas diversas, o que caracteriza a obediência a um padrão linear que estava de acordo com a conjuntura internacional do momento. É tomando o tempo como unidade de investigação básica que o presente subcapítulo iniciará

uma análise mais abrangente acerca dos grandes acontecimentos históricos que permitiram estes “*booms*” de regionalismo, que se traduzem pela aparição, desenvolvimento ou o fim de algumas das principais organizações de integração regional do planeta, para que assim se estabeleça um critério de comparação simples entre elas e a ALBA para entender simbolicamente suas semelhanças e diferenças.

Entretanto, ainda é necessário trabalhar mais sobre o conceito do termo regionalismo. Ele representa um conjunto de valores, ideias e políticas cujo objetivo é estabelecer um projeto regional de alargamento de atividades, de trocas comerciais, de ideias ou até mesmo de circulação de pessoas, por exemplo, no seu significado mais básico (BÖRZEL, 2016, p. 3). Tal projeto é guiado por uma iniciativa estatal que busca a construção de uma institucionalização regional formal e a manutenção da mesma entre pelos menos três atores nacionais (BÖRZEL, 2016, p. 7). Analisando sob um contexto internacional, pode-se dizer que o regionalismo produz uma variedade de parcerias especiais entre países vizinhos que vão além das relações diplomáticas tradicionais, mas que mantém a individualidade em termos legais perante o direito internacional (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 366).

Há aqui a necessidade de se fazer uma distinção de regionalismo com o significado do termo regionalização. Enquanto o primeiro designa um plano ordenado e consciente, o último é frequentemente usado para explicar um processo transnacional de aprofundamento de interações sociais, econômicas e até mesmo culturais entre agentes não-estatais (ONGs, grupos de interesse, empresas etc) por um meio não-direcionado, produzindo interdependência e, em certos casos, um alargamento das percepções de interesses e identidades em comum, inclusive a autopercepção enquanto região. Isto é: a regionalização é um processo de crescente interação endógena e espontânea entre uma variedade de grupos dirigidos principalmente por uma rede de contatos informais (BÖRZEL, 2016, p. 8). Sendo assim, a filiação de novos candidatos pode ser pouco clara, devido à sua natureza subjetiva. (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 366).

A literatura acadêmica tende a investigar mais a questão dos regionalismos por eles serem influenciados pelas iniciativas estatais, que visa institucionalizar normativas, e assim procura compreender quais são as motivações por trás dos interesses nacionais em se envolver em tal tipo de colaboração, em contraste com os fenômenos mais autênticos das regionalizações (BÖRZEL, 2016, p. 3). Apesar de

a academia recém estar começando a prestar mais atenção nesta problemática, alguns teóricos tendem a acreditar que o último pode gerar o primeiro. Ainda neste tema, pode haver uma terceira classificação que vai além dos dois conceitos principais já mencionados: quando existe um modelo de integração que combina atividades crescentes de intercâmbio em várias temáticas (regionalização) com a busca por um aparato institucional formal guiada pelo Estado (regionalismo), temos então o que se entende por ordem regional (BÖRZEL, 2016, p. 8-9). Os tópicos da regionalização e ordem regional, entretanto, não serão o foco de análise desta monografia.

O regionalismo é, atualmente, uma característica notável no sistema internacional. Até 1º de maio de 2018, havia 287 acordos locais de comércio em vigor no mundo. Sua atuação tem se tornado uma ameaça sutil paralela nos últimos anos à centralidade tradicional dos Estados soberanos (BEST; CHRISTIANSEN, p. 366). Entretanto, como esta tendência surgiu? A verdade é que existem padrões históricos que ajudam a explicar esta realidade. Muitas organizações que promoviam a integração saíram do papel em um período que é considerado como “velho regionalismo”, entre os anos 1950 e 1970, ao passo que muitas delas foram reinventadas e restauradas com novos membros, por exemplo, durante a era do “novo regionalismo”, que começou no final dos anos 1980 e decolou a partir da década de 1990. Apesar de que é plenamente possível separar ambos períodos em termos teóricos e empíricos, não se pode negar que há uma certa continuidade e semelhança entre ambos. Ao todo, quatro fases de regionalismo podem ser facilmente identificadas: o inicial, o velho, o novo e o pós-novo (SÖDERBAUM, 2016, p. 17).

Ainda de acordo com Söderbaum (2016, p. 17), podemos observar o surgimento de um tipo primitivo de busca por colaboração entre unidades políticas diversas que continha um conjunto de ideias, intenções e tradições provenientes dos mais variados tempos e locais. O chamado “regionalismo inicial” não apresenta uma característica única e fácil de ser verificada, tendo em vista que a sua ocorrência se deu de maneira descentralizada e por motivos diversos. Um ponto de partida para se obter algum grau de constância analítica sobre o tema está nos acontecimentos que se sucederam na Grécia antiga, cujos filósofos e estudiosos deram a base para muitos projetos de integração e formação política que iriam se estabelecer por séculos na mente dos planejadores políticos da Europa. Muito da busca por uma

unidade europeia vinha do constante desacordo por parte destes intelectuais sobre conceitos simples da vida cotidiana, tais como segurança, direito, economia política, a importância da cultura e da identidade etc. A ideia seria não apenas procurar por uma assimilação entre os Estados para facilitar um entendimento comum destes termos, mas também aprofundar a união com base em alguma identidade conjunta para proteger o território contra inimigos, principalmente diante da iminente ameaça otomana do século XVI.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) chegou à conclusão, por exemplo, que para a Europa atingir uma situação de paz duradoura, era necessário criar uma comunidade de nações com base nos princípios do direito internacional. A concepção de um continente europeu unificado se ampliou durante os acontecimentos revolucionários do ano de 1848. O senador francês Victor Hugo (1802-1885) chegou a sugerir o estabelecimento de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”, cuja natureza deveria estar pautada na democracia política e no respeito aos direitos do homem. A Primeira Guerra Mundial em 1914 iria, entretanto, minar qualquer possibilidade de se concluir um projeto de integração para o velho continente, tendo em vista que os seus futuros membros estavam, na realidade, rivalizando entre si em vez de tentar estreitar laços (SÖDERBAUM, 2016, p. 17). Nesse contexto, foi elaborado o Tratado concluído em Londres em setembro de 1944, o Benelux, uma organização regional entre a Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo compreendendo uma união aduaneira (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 168). Novas ideias sobre possíveis acordos de cooperação foram surgindo após o final da Segunda Guerra Mundial (SÖDERBAUM, 2016, p. 18). Os EUA resistiriam à ideia de integração europeia, já que o presidente Roosevelt almejava construir a Organização das Nações Unidas, mas após a Revolução Russa de 1917 e o surgimento do bloco soviético, sua abordagem se alterou rapidamente (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 168-169).

Compreender minimamente como a onda descentralizada do regionalismo inicial aconteceu na Europa é importante para explicar a dinâmica dos acordos que eram feitos entre os Estados-nacionais, verdadeiras potências metropolitanas, e as suas respectivas colônias espalhadas pelo globo. É inegável que o colonialismo dos séculos anteriores influenciou fortemente as concepções gerais sobre como deveriam se suceder o fortalecimento das interações intergovernamentais, não somente entre os próprios países europeus em ascensão, mas também entre as

sociedades controladas que faziam parte das periferias. O modelo de regionalismo desenvolvido na dinâmica desta época ainda permeia as ações e também as teorias que tentam explicar as motivações por trás dos processos contemporâneos de integração de um cenário internacional pós-colonial, que detalharemos mais adiante. As várias lutas travadas para garantir a independência das metrópoles também retratam a identidade regional que precisou ser criada para manter o objetivo final da emancipação vivo (SÖDERBAUM, 2016, p. 18-19).

Já na América Latina e Caribe, o nosso principal foco de análise, as lutas emancipatórias do século XIX também trouxeram uma identidade nova para os habitantes locais e dariam mais tarde origem ao que é conhecido como pan-americanismo. As experiências conquistadas durante esta busca por um sentimento de unidade influenciaram os regionalismos seguintes (SÖDERBAUM, 2016, p. 19). Este período pode ser interpretado como a primeira corrente de análise dos processos de integração no continente, e apesar de que também poderia estar sujeita a certas influências europeias subjetivas, o fato é que a interpretação latina de identidade americana era diferente da identidade que os Estados Unidos planejavam construir, mesmo que ambas as realidades fossem fruto de uma história colonial relativamente similar com cultura parecida, e ainda que muitas vezes elas fossem tidas como paralelas, complementares e inclusive fundidas (FAWCETT, 2005, p. 27-28). Como já avimos no capítulo anterior, a figura de Simón Bolívar (1783-1830) enquanto líder das revoltas de independência que derrotou os espanhóis e o mentor da criação de uma comunidade de repúblicas americanas marcou profundamente a história do continente, embora a sua ideia de estabelecer uma liga de nações com base em uma assembleia parlamentar supranacional, um exército comum e um pacto de defesa mútuo não vingasse (SÖDERBAUM, 2016, p. 19).

Anos após esta tentativa inicial, a pauta da integração regional ganhou um novo impulso durante a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada na capital dos Estados Unidos em 1889-90. Nesta ocasião, 18 países do continente se reuniram e conseguiram fundar a União Internacional das Repúblicas Americanas (mais tarde União Pan-Americana), e combinaram de se encontrar regularmente. As reuniões periódicas envolvendo as lideranças da organização, chamadas de Conferências Pan-Americanas, acabariam por originar a Organização dos Estados Americanos em 1948, que o órgão regional ainda vigente mais antigo

do mundo (SÖDERBAUM, 2016, p. 20). Esta seria a segunda corrente interpretativa acerca das tentativas de cooperação regional para o continente, e é fortemente marcada pelas estratégias cada vez mais presentes de Washington de moldar o pan-americanismo conforme os seus objetivos (FAWCETT, 2005, p. 28). Os exemplos dados no capítulo 1 mostram que, de fato, os acontecimentos envolvendo a América Latina são uma reação aos projetos de integração exteriores que visavam se fortalecer para manter o domínio sobre as colônias e estão inseridos em um contexto histórico maior, que não muda desde então porque a Europa é o centro dinâmico do capitalismo e influencia os novos regionalismos.

2.3 O velho regionalismo

A ideia de que o velho regionalismo é um fenômeno pós-Segunda Guerra Mundial é aceita pela maioria dos acadêmicos. Ele apareceu na Europa ocidental no fim dos anos 1940 e em seguida se espalhou para o mundo em desenvolvimento (SÖDERBAUM, 2016, p. 20). Neste período, a Europa estava sofrendo as consequências da derrota do fascismo e contando os prejuízos causados pelo longo conflito bélico em seu próprio território. Os Estados Unidos, um dos maiores beneficiados pela disputa, surgiram como a grande superpotência mundial, tanto em níveis econômicos quanto militares. Entretanto, com a ascensão da União Soviética como resultado direto da Revolução Russa de 1917 e a ramificação do bloco socialista, o iminente embate gerado pela Guerra Fria acabaria por ditar o futuro da nova onda do regionalismo que começou a se desenvolver no período. Muitos dos acordos de cooperação e integração na época foram realizados com base no alinhamento que a estratégia política de Washington pregava no sistema internacional para conter a influência do comunismo. Analisando o fenômeno sob a temática da segurança em um contexto mais abrangente, observa-se que várias entidades e alianças foram formadas no período para atingir este objetivo, tais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que nasceu em 1949 pela iniciativa de 12 países ocidentais e continua a se expandir até os dias atuais, e a já extinta Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), criada em 1954 e que tinha como membros os Estados Unidos, Tailândia, Paquistão, Filipinas, entre outros (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.163-164).

No que tange à esfera econômica, ainda falando em termos gerais, o velho regionalismo tem por característica básica a iniciativa do Plano Marshall em reconstruir a Europa. Estabelecido em 1948 como um programa de amparo à recuperação do continente, o pacto tinha como um dos requisitos a cessão das antigas hostilidades entre os governos e a promoção de uma cooperação mútua. Para administrar os recursos financeiros provenientes de Washington, os dezesseis países beneficiários do projeto – Reino Unido, França, Itália, Áustria, Suíça, Dinamarca, Irlanda, Turquia, Grécia, Noruega, Portugal, Suécia, Islândia, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo – criaram a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que tem sede em Paris, é considerada por muitos como a primeira organização regional de integração do bloco. Seu documento constituinte, entretanto, demonstra que a cooperação econômica era um mecanismo utilizado para alcançar o propósito de paz e de liberdades individuais acordados na Carta da ONU. Em 1944 já havia sido intermediado em Londres o Benelux, um tratado que visava estabelecer uma união aduaneira entre Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 168).

Em março de 1948, Washington interferiu na cooperação e criou o Tratado de Bruxelas entre o Reino Unido, a França, os países do Benelux para oficializar a União Ocidental (UO), uma organização regional que atuava como um complemento da OTAN (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 169). Enquanto isso, nas zonas periféricas do globo tornou-se dominante a percepção de que as políticas econômicas do sistema internacional voltadas para o desenvolvimento dos países mais pobres, promovidas pelo Acordo Geral sobre as Tarifas e Comércio (GATT) de 1947, não surtiam efeito. Classificado como “fechado”, muitas das ideias de cooperação do velho regionalismo debatidas na África, Ásia, América Latina e Caribe se deram em torno das iniciativas em se estabelecer um novo critério de ajuda financeira que permitisse às nações mais atrasadas receber incentivos especiais para assim acelerar o seu processo de industrialização e, portanto, poder concorrer em igualdade com os Estados mais ricos. Órgãos funcionais da ONU, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 1948, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de 1964, foram pioneiras em abordar as dificuldades que o mundo subdesenvolvido enfrentava (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 164). O regionalismo europeu e de outros lugares se diferem não apenas no quesito domesticar a soberania versus preservá-la, mas também em

objetivos como a ênfase em liberalização econômica e expansão do mercado ocidental versus autonomia e regionalismo desenvolvimentistas nas zonas periféricas (ACHARYA, 2016. p. 118).

O fenômeno da integração na Europa, entretanto, acabou se beneficiando pela ajuda econômica prestada pelos Estados Unidos. Ao contrário do que acontecia na periferia da economia mundial, a liberalização comercial ganhou um novo impulso e passou a ter um caráter endógeno, passando a impressão ao mundo exterior que o continente estava se transformando em uma “fortaleza” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 164). Esta característica particular do dinamismo econômico europeu ajuda a entender a relação de cooperação e integração que iria existir entre os países do centro capitalista rico e os países pobres. Outra entidade importante que se destaca nos primeiros anos pós-guerra e que existe até o momento é o Conselho da Europa, instituído em 1949 entre Itália, Noruega, Suécia, Dinamarca, Irlanda, França, Reino Unido, Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos. Ele atuava sobre diversos temas, exceto a temática de defesa. Mesmo com o apoio dos Estados Unidos, a iniciativa deste projeto partiu dos próprios europeus, principalmente do envolvimento dos governos britânico e francês (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 169-170).

O Movimento Europeu, um órgão da sociedade civil instaurado em 1948 na Conferência de Haia, foi um ponto de virada nos processos de agregação do velho regionalismo para o continente. Ele representaria o apogeu da colaboração de grupos distintos de intelectuais e políticos da época, tais como as Novas Equipes Internacionais e o Movimento Socialista pelos Estados Unidos da Europa, por exemplo. Entretanto, as divergências eram evidentes quanto à estrutura institucional que uma organização de integração deveria ter (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 170). Esta característica de competição subjetiva entre a soberania atribuída aos Estados-nacionais e o campo de atuação das referidas organizações difere totalmente o contexto europeu do velho regionalismo com o seu antecessor, o inicial, visto no subcapítulo anterior (SÖDERBAUM, 2016, p. 18).

O embate principal estava concentrado entre os federalistas, que optavam pela continuação do modelo intergovernamental tradicional, e os moderados, que encorajavam os países a ceder gradativamente suas autoridades aos órgãos supranacionais. A formação de uma entidade com essa natureza foi proposta pelo Ministro das Relações Exteriores da França na época, Robert Schuman, em 1950. Ela seria a responsável por coordenar a produção e comercialização do carvão e

ação franceses e alemães. A ideia por trás da iniciativa concordava com os textos funcionalistas do momento, que afirmava que uma maior assimilação entre os diferentes países europeus seria mais fácil de ser obtida caso fosse iniciada em setores mais técnicos e apolíticos (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 170-171).

Foi assim que, em julho de 1952, entrou em vigor a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) por meio do Tratado de Paris, assinado pelos “seis fundadores”: França, Itália, Alemanha ocidental, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. A organização de cooperação econômica acabaria por abrir escritórios pelo continente e em organismos internacionais como o GATT e tornando-se o mais relevante fórum de convergência para os objetivos em comum dos europeus, enquanto a OECE recuperava sua autonomia financeira devido aos empréstimos estadunidenses. Durante uma das conferências realizadas pela CECA, ficou estabelecido que dois novos acordos de integração regional deveriam ser elaborados para aprofundar as relações entre os países membros: o primeiro acabaria formulando a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com um conjunto de metas para se concretizar um mercado comum entre os participantes, enquanto o segundo ficaria responsável por administrar a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) e estimular uma colaboração sem caráter militar no ramo da energia nuclear para manter o continente abastecido de fontes como petróleo e carvão em uma contrapartida a uma possível adversidade no fornecimento internacional e evitar a disputa interna por estes recursos (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 172-174).

Os esforços dos “seis fundadores” em garantir uma autonomia e tentar uma reconciliação entre as relações tensas da França com a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial teriam como resultado uma série de outros acordos de cooperação nos anos seguintes, tais como a regulação de um mercado interno comum, a adoção de uma política comum para o comércio, a agricultura e o transporte (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 377). Estes países acabaram por conseguir estabelecer uma união aduaneira plena em 1968. Apesar disso, uma integração monetária foi lenta nos anos 1970 e início dos anos 1980. Os motivos por trás desta letargia podem ser explicados pela conjuntura econômica hostil, que passava pelas crises do modelo Bretton Woods e do petróleo, além de um período de recessão e desemprego na Europa. Uma retomada nos processos de integração só aconteceria em 1986 com a implementação do Ato Único Europeu, que ditou metas para a

criação de um mercado comum com mais países europeus até o ano de 1993 por meio de reformas institucionais (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 175-177).

A defesa mais notável de um regionalismo nas zonas periféricas do sistema internacional veio com o protagonismo da América Latina no pós-guerra, que estava em peso durante a redação da carta constituinte da então recém-criada ONU, na Conferência de São Francisco em 1945. Vinte e uma autoridades locais se opuseram às pretensões dos EUA em pressionar por um texto mais universalista, na qual o país buscava convencer o mundo a confiar na sua capacidade de preservar a paz no mundo por meio de uma liderança própria no Conselho de Segurança da entidade, e então pressionaram que o documento também mencionasse a importância do regionalismo na solução de problemas, atribuindo-lhe uma legitimidade institucional. O Brasil, por exemplo, argumentou que as questões relacionadas à defesa de cada região deveriam ser debatidas exclusivamente por órgãos regionais, enquanto que uma intervenção direta da ONU só deveria acontecer caso a paz de mais de um grupo regional estivesse sendo ameaçada ao mesmo tempo (ACHARYA, 2016, p. 112-113).

Na questão da segurança, entretanto, a atuação proeminente dos delegados logo seria eclipsada pela visão de pan-americanismo de Washington nos anos seguintes, que se consolidou por meio da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus tratados fundadores – Rio em 1947 e Bogotá em 1948 – a partir da antiga União Pan-Americana (FAWCETT, 2005. p. 36-37). Este acordo de soberania e segurança a princípio diferenciava a entidade dos demais organismos elaborados na época pelos EUA que, como já vimos anteriormente, se esforçava em conter a influência do comunismo sobre o mundo (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.162). No documento da nova instituição, as doutrinas Calvo e Drago – citadas no subcapítulo 1.2 – são registradas. No capítulo III, por exemplo, o artigo 6º fala sobre a igualdade entre todos os signatários do continente americano, o Artigo 15 reforça o princípio da não-intervenção, o Artigo 16 pede o não uso da força, enquanto o Artigo 17 retrata a importância da não inviolabilidade dos territórios (FAWCETT, 2005. p. 37).

A ideologia por trás do organismo, entretanto, falhou em encontrar respaldo na realidade. A disputa entre a Guerra Fria não correspondeu ao desejo de solidariedade almejado pelos países pobres do centro e do sul do hemisfério ocidental. O surgimento do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano e a Corte

dos Direitos Humanos Inter-Americana acabou por levar a desconfiança por parte dos Estados latinos e caribenhos de que Washigton poderia usar os mesmos como um mecanismo de política externa (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 370). A assimetria de poder entre os EUA e o resto dos signatários e suas respectivas visões de pan-americanismo – a primeira abrangente e a última regional e hispânica –, levou a conflitos internos sobre a melhor forma de buscar cooperação, o que limitou muito a concretização de seus objetivos. Além disso, as disputas na América Central durante os anos 1970 e 1980 e a incapacidade da organização de levar a cabo a segurança da região por meio de resoluções regionais e acordos coletivos conforme o Tratado do Rio deixava explícito, acabaria então por minar a credibilidade da OEA, que passou cada vez mais a ser considerada ineficaz. (BIANCULLI, 2016, p. 156).

No que tange às questões produtivas, ainda no contexto da América Latina e Caribe, diversas iniciativas no sentido de adotar um mercado único que pudesse incentivar a indústria nacional floresceram. Iniciativas como a criação do Mercado Comum Centro-Americano (CACM) entre Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), criada em 1960 entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai de 1961 e o Pacto Andino de 1969 entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru foram os primeiros ensaios desta tentativa de aproximação, todos com sucesso moderado (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372).

Tomemos como exemplo o caso da ALALC. Tendo forte influência do pensamento dos funcionalistas europeus, os signatários do acordo acreditavam que a integração seria mais bem-sucedida se fosse orientada para o campo econômico exclusivamente e estivesse sendo ancorada por razões técnicas em vez de políticas ou ideológicas (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 191-192). O projeto comercial de proporções continentais não conseguiu implementar suas metas – muitas delas aspirações locais antigas – em grande escala, mesmo havendo debates entusiasmados sobre os métodos a se seguir no início. Alguns membros passaram por momentos de instabilidade política ou econômica, e assim os objetivos de uma associação de livre-comércio eram delegados para segundo plano. Países menores argumentavam que o projeto servia principalmente aos interesses dos “três grandes”, isto é, Argentina, Brasil e México, o que em parte foi o causador de conflitos internos. Além disso, as várias ditaduras militares que se instalam na

América Latina a partir dos anos 1960 impuseram políticas econômicas pouco interessadas em colaborar com seus vizinhos (SÖDERBAUM, 2015, p. 24).

A implementação da Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), que substituiu a ALALC em 1980, também não conseguiu concluir seus objetivos finais em meio à crescente dúvida de que a América Latina e o Caribe, uma área tão abrangente e diversa, poderia de fato se integrar em uma comunidade de nações com objetivos políticos e econômicos em comum, ao contrário ao que acontecia na Europa (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 191-192). Sendo assim, o velho regionalismo não teve muitos frutos no continente, mesmo com as iniciativas da CEPAL em promover conversas na ONU sobre a necessidade das nações pobres em alcançar tal objetivo por meio de incentivos financeiros das grandes economias contribuiu muito para acelerar o fenômeno da integração e da cooperação, tendo em vista que os Estados periféricos do continente deveriam adotar medidas similares para desenvolver seus aspectos econômicos (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 162).

2.4 O novo regionalismo

Com a aproximação do fim da Guerra Fria, em que os blocos capitalistas e socialistas disputavam suas áreas de influência sobre o globo, e o consequente aumento do fluxo de cooperação multitemático devido à recuperação econômica proporcionada nos anos anteriores, assim como o fenômeno crescente e imparável da globalização, o processo do regionalismo acabou por ter um novo impulso, gerando o que é conhecido hoje como a sua segunda grande onda centralizada de propagação (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 166). Ou seja: mais uma vez os acordos de cooperação e integração que aconteciam entre os Estados soberanos estavam de acordo com os eventos internacionais mais relevantes, que agora refletiam a liderança incontestável dos Estados Unidos. Em um contexto mais geral no que tange à temática da defesa, pode-se dizer que muitas organizações internacionais desta natureza foram fortificadas, tendo em vista que passaram a ser consideradas complementares aos esforços internacionais de manutenção da paz em um mundo agora unipolar. O novo regionalismo também proporcionou o alargamento do conceito de segurança, que começou a abarcar temas como direitos humanos,

democracia e meio ambiente, facilitando a ramificação e o dinamismo dessas instituições (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 166).

Durante a década de 1990, os processos de regionalismos dos países centrais se modificaram e passaram a enfrentar pressões para serem mais “intrusivos” e menos rígidos em termos de soberania. As zonas periféricas do globo e suas organizações sentiram este peso ao serem cada vez mais coagidas para adotar regulamentações de intervenção humanitária e a adotarem medidas que não refletiam as normas tradicionais de não-intervenção que durante décadas serviram de base para as suas criações, além de sentirem uma maior erosão em suas autoridades devido aos efeitos da globalização (ACHARYA, 2018, p. 169-170).

Entretanto, a maior motivação pela qual os países decidiram fazer parte do novo modelo de regionalismo reside na busca por uma melhor inserção na economia internacional, que agora se encontrava fortemente influenciada pelas estratégias liberais de desregulamentação do fim dos anos 1980. Alavancada pelos Estados Unidos, a nova tendência era considerada “aberta” por estar em concordância com os princípios comerciais desenvolvidos pelo GATT, e se diferenciava da sua antecessora por modular os processos de regionalismo para que eles se tornassem uma etapa intermediária de um objetivo maior de liberalização multilateral, e não um fim por si mesmo. Assim sendo, as interações entre os atores econômicos deveriam promover a desvinculação de normas protecionistas não apenas entre si, mas também estimular a mesma iniciativa nas suas relações com outros blocos (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 166).

No contexto específico da Europa, podemos destacar que a queda do muro de Berlim em 1989, a reunificação alemã em 1990, e a dissolução da União Soviética na virada da década contribuíram fortemente para a noção de que um novo tipo de regionalismo seria possível. Graças à adoção do Ato Único Europeu em 1986, o continente conseguiu superar anos de letargia e concluiu o Tratado de Maastricht em 1992, que criaria a organização de integração regional mais bem-sucedida que conhecemos hoje, a União Europeia (UE). A instituição então passaria a buscar um papel de destaque na reconfiguração da nova ordem internacional, principalmente em promover a estabilidade na parte leste do seu próprio território por meio de regulamentações democráticas e econômicas (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 166).

A questão sobre a disputa envolvendo o limite da interferência da organização e o poder já estabelecido dos Estados-nacionais voltou a ser o principal debate entre os países signatários, juntamente com a hesitação em adotar um projeto de cooperação em várias áreas no âmbito supranacional, principalmente na temática da segurança. Com o temor de transformar a organização em uma potência militar e perder o foco nos planos de liberalização econômica, os membros concordariam em limitar o seu escopo para atuar somente em atividades como missões humanitárias e de combate à imigração ilegal, drogas e terrorismo sem, portanto, incluir um acordo de defesa comum, que ficaria a cargo da OTAN (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 177-179).

Neste sentido, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que mais tarde se tornaria uma organização ela própria, já começava a implementar na década de 1980 um conjunto de medidas para o fortalecimento da confiança e transparência entre os membros ao instaurar procedimentos de verificação que ia além da política de não-interferência do passado e do poder das autoridades estatais. Com o avanço dos anos, o órgão ganhou maior legitimidade e prestígio, e assim outras iniciativas que copiavam o seu modelo de atuação passaram a surgir em regionalismos que envolviam os países em desenvolvimento. Embora a aplicação total destes mecanismos fosse dificultosa devido ao medo de perda considerável de soberania por parte dos governos, algumas ideias e normas inspiradas na entidade podem ser verificadas na criação do Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático em 1995 e da União Africana em 2000. Ambas as organizações adotaram uma agenda que cobria o zelo pelos direitos humanos e um mecanismo de intervenção humanitária em caso de instabilidades (ACHARYA, 2018, p. 170).

Apesar dos desafios envolvendo seu aparato institucional, o fórum da entidade acabou se tornando a principal ferramenta para o exercício da política no continente, e foi por meio dele que houve a consolidação do projeto da união monetária com a adoção do euro, considerado um símbolo da autonomia regional, e a livre circulação de pessoas no território através do Acordo de Schengen, de 1995. A influência da UE continuaria a aumentar, tendo em vista que o bloco realizaria uma série de acordos com diversos países e regionalismos ao redor do globo, consolidando uma vasta rede de relações institucionalizadas. De fato, este fenômeno contribuiu para a percepção geral de a União Europeia atuava de forma

independente dos Estados-nacionais que a compunham, ganhando inclusive o direito a receber uma representação própria em fóruns internacionais (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 184-185).

Já no contexto do continente americano, o paradigma de desenvolvimento econômico de caráter liberal do novo regionalismo foi dirigido pelos Estados Unidos, a grande superpotência, e assim os projetos de integração regional passaram a ser vistos como etapas para uma inserção num sistema internacional em remodelação (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 192). Neste sentido, Washington modificou a sua política externa para se concentrar em um acordo de livre comércio com o Canadá em 1986, que culminou com a adesão do México no Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA, em inglês) em 1994. Mais amplo do que os outros órgãos de mesma natureza, ele administrava assuntos relacionados à agricultura, mão-de-obra e meio-ambiente, embora não dotado de políticas supranacionais para influencia na autoridade de seus membros (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 370-372).

Com medo de atingir um grau dimensional de supranacionalidade e perda parcial de sua soberania, a NAFTA pouco tentou avançar para outras etapas de integração. Os mecanismos de solução de controvérsias da organização, por exemplo, são de caráter intergovernamentais e não debatidos em um fórum autônomo, excluindo a provisão do capítulo 19 que fala sobre atores privados (RUANO, 2005, p. 52-53). Por outro lado, a 1ª Cúpula das Américas, realizada também em 1994, buscava não somente a adesão à Aliança de Livre Comércio das Américas, mas também o aprofundamento na cooperação em áreas como a segurança do hemisfério ocidental, o desenvolvimento sustentável, o meio-ambiente e o combate às drogas, terrorismo etc (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 370-372).

A OEA sofreria um processo de “relegitimação”, refletindo poucos incentivos para a intervenção estadunidense no continente e oferecendo aos vizinhos de baixo novas oportunidades de representação. Críticos dos Estados Unidos denunciaram a falta de visão estratégica e a negligência que o país tinha com relação à América Latina após o fim da Guerra Fria, e assim Washington buscou expandir e manter uma agenda constante, porém seletiva de políticas regionalistas. Esta última região passaria os anos seguintes equilibrando a influência do poder da grande potência com os interesses próprios nas interações com seus vizinhos, um conflito que também proporcionou um maior nível de criatividade e flexibilidade nas interações. A

Iniciativa Empresa para as Américas (1990), a Resolução de Santiago (1991) e a própria Cúpula das Américas (1994) desempenhariam um papel significativo sob um consenso normativo emergente com grande contribuição latino-americana. Diversas organizações locais de integração passaram por uma renovação, tais como a CACM, a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e o Pacto Andino (PA) (FAWCETT, 2005, p. 41-42).

Tomemos o último como exemplo. Em 1990 os países signatários – Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru decidiram relançar sua agenda regionalista, e para isso anunciaram uma tarifa externa comum em 1994 e um mercado comum para o ano de 2005. O aparato institucional do bloco se espelhou no da União Europeia ao apresentar um modelo formal de supranacionalismo. Tais reformas estruturais são tentativas de adequar sua política interna ao contexto mais amplo de liberalização multilateral que permeava o cenário internacional (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p.372; BIANCULLI, 2016, p. 162).

O novo regionalismo, entretanto, também proporcionou o surgimento de novas entidades. O Grupo dos Três, estabelecido em 1994 por México, Venezuela e Colômbia e o Mercosul, criado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai em 1991 trouxeram inovações nas abordagens referentes à questão da soberania dos Estados-membros (ACHARYA, 2018, p. 174). As interações inter-regionais, tomando como exemplo o contato direto entre os países do Mercosul e do Pacto Andino, aumentaram e passaram a ser uma realidade, sendo o ponto em comum que une os processos de integração o compromisso de ambos com a abertura econômica e um esforço permanente na busca por maximização de vantagens que não significa, entretanto, uma homogeneidade completa ou uma subordinação às tentativas liberais propostas pelos EUA.

Na realidade, havia uma percepção por parte das nações latino-americanas e caribenhas de que a NAFTA e a ALCA seriam apenas projetos sub-regionais concentrados no norte do continente que não conseguiriam atingir um grau coletivo de integração para o hemisfério ocidental (FAWCETT, 2005, p. 42). Por outro lado, há muito mais semelhanças entre o Mercosul e a União Europeia (tido como preferido). A criação do primeiro bloco teve como plano de fundo os esforços para reconciliar as relações entre Brasil e Argentina da mesma forma que aconteceu com a França e a Alemanha no segundo, e neste sentido seus formuladores faziam referência à instituição europeia como um modelo inspirador (RUANO, 2005, p. 55).

As relações entre Brasília e Buenos Aires não eram historicamente favoráveis devido às disputas por territórios próximos à bacia do Rio da Prata desde o século XIX. A partir dos anos 1970 ambos os países realizaram mudanças nas suas políticas externas que permitiriam o surgimento de pactos de cooperação, tais como o Acordo Multilateral Corpus-Itaipu, que resolveu um conflito referente à construção de duas usinas hidrelétricas.

Com o fim dos regimes militares e a restauração da democracia, os presidentes Raúl Alfonsín e Tancredo Neves começaram a buscar um projeto de integração que tivesse uma natureza mais política. O início desta nova fase aconteceu na inauguração da Comissão Mista Binacional de Alto Nível em 1985, com o objetivo de acelerar o aprofundamento das relações entre as duas grandes potências regionais latino-americanas, e culminou com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988, que demonstrou a intenção de se adotar um espaço econômico comum em até 10 anos. Com a eleição de Carlos Meném e Fernando Collor de Mello, a Argentina e o Brasil implementaram uma estratégia desenvolvimentista de cunho liberal sem precedentes, acompanhando a conjuntura que já vigorava no exterior, e assim se comprometeram a aderir a um mercado comum. Juntamente com o Uruguai e o Paraguai, os países assinaram então o Tratado de Assunção em março de 1991 para estabelecer metas e compromissos na área comercial e, posteriormente, o Protocolo de Ouro Preto em dezembro de 1994 para institucionalizar o Mercosul como uma organização de integração regional formal.

A recente libertação de ditaduras militares fez com que os signatários tivessem uma preocupação natural com a manutenção das democracias locais, que ainda eram jovens. Uma tentativa de golpe no Paraguai em 1996 levou os países signatários a institucionalizar este objetivo, e assim houve a conclusão do Protocolo de Ushuaia, que obrigaria os membros a respeitar as instituições democráticas, o Estado de direito, os direitos humanos e as liberdades individuais. Esta mudança formal de paradigma reflete os mesmos critérios já adotados em outras organizações, tais como a OEA e a UE (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 192-195).

Isto não é uma grande surpresa quando se analisa que a União Europeia, por exemplo, ativamente exportou o seu modelo de integração para o Mercosul. Já em 1993 o bloco estabeleceu em Montevideu um centro de treinamento para integração regional que ministrava cursos e debates sobre comércio, políticas competitivas,

custos etc. Posteriormente, a assistência também passou a cobrir assuntos como fraude, tráfico de drogas e harmonização de estatísticas, assim como permitir a transferência de funcionários técnicos e administrativos do bloco sul-americano para aeroportos, portos e pontos de fronteira dentro dos limites do espaço Schengen. Algumas normativas postas na questão da harmonização são, na verdade, copiadas da versão europeia, justamente porque assim os produtos do Mercosul ganham uma maior probabilidade de inserção no mercado único (RUANO, 2005, p. 53; BIANCULLI, 2016, p. 160-162).

Apesar de inexperiente, a organização superou as expectativas e despontou como um grande sucesso inicial. A liberalização tarifária que veio após a implementação do mercado comum proporcionou um crescimento de 89% do comércio intrabloco e de 311% do comércio extrabloco entre 1990 e 1996. A Tarifa Externa Comum foi implementada com uma variação de 0 a 20% em janeiro de 1995, o que representou a passagem do Mercosul de uma área de livre-comércio para uma área de união aduaneira. Ambos os regimes tarifários, entretanto, possuem diversas exceções. Sendo assim, a união aduaneira do Mercosul é tida como imperfeita. A previsão para sua versão completa foi adiada para 2006. O bloco também obteve reconhecimento externo imediato. Destaca-se, por exemplo, o Acordo de Cooperação Internacional assinado com a União Europeia em 1992, que incluiu o financiamento de projetos como a Secretaria Administrativa e para a harmonização aduaneira (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 200-201).

Ou seja, com o que ficou verificado acima é possível concluir que o Mercosul é a mais eficiente organização de integração regional da América Latina e Caribe no período do novo regionalismo, pois se permitiu acompanhar a onda neoliberal do sistema internacional e da globalização e procurou maximizar seus benefícios copiando os passos da EU. De uma maneira geral, esta fase contrariou fortemente com as anteriores, tendo em vista que a região acabou abandonando em partes os seus projetos de autonomia das potências dinâmicas do capitalismo tão defendidos nas décadas anteriores para acompanhar uma tendência mundial de abertura do comércio. Por ter uma característica predominante tão distinta, é natural que haja indagações acerca da sua influência depois da virada do milênio, quando de fato surge a ALBA. É por meio desta observação que se constituem o principal problema de pesquisa e também a linha de investigação deste trabalho: os resquícios do novo regionalismo, que enfatizavam a desregulamentação da economia, foram fortes o

suficiente para causar a estagnação da proposta bolivariana de integração regional da Venezuela nos anos seguintes, cuja base era socialista e anti-imperialista? As políticas neoliberais ainda conseguiram atrair os países latino-americanos e caribenhos pós-anos 2000 mais do que os apelos retóricos de Chávez? A hipótese trabalhada inicialmente é de que tais perguntas tenham uma resposta afirmativa. O restante da monografia procurará verificar a veracidade desta hipótese por uma ótica geral.

3. INVESTIGANDO A RELAÇÃO ENTRE A ALBA E OS RESQUÍCIOS DO NOVO REGIONALISMO

3.1 O pós-novo regionalismo

Na virada do milênio, a agenda liberal como propulsora do desenvolvimento econômico começou a mostrar seu desgaste, principalmente após a crise financeira envolvendo os Tigres Asiáticos⁵ em 1997 e a crise imobiliária nos Estados Unidos⁶ em 2008 (HERZ; HOFFMAN, 2015, p. 167). Apesar de ser um fenômeno ainda muito recente e de difícil análise, o chamado “pós-novo regionalismo” precisa ser entendido dentro de um contexto geral sempre mutável de regionalismos: ao contrário de suas versões anteriores, em que suas prevalências e relevâncias podiam ser questionadas, no cenário mais atual é difícil negar que os grandes blocos são um elemento estrutural das políticas globais. Alguns estudiosos argumentam, por exemplo, que estamos vivendo um período de “mundo de regiões”. O ponto fundamental não é destacar que o regionalismo governa o sistema internacional e que todas as interações entre os Estados e as sociedades civis precisam passar por ele, mas sim que os blocos possuem grande relevância para o funcionamento de todos os temas mundiais, e inclusive podem ser considerados como uma ordem global por si própria caracterizada por diversas e também contraditórias tendências e processos que vão além das tradicionais áreas da economia e da segurança (SÖDERBAUM, 2015, p. 30).

Analisando sob um contexto mais específico, percebe-se que países periféricos não apresentaram um crescimento muito significativo com as pautas liberais. Por outro lado, a instabilidade na economia mundial devido às crises financeiras trouxe pobreza, desemprego e aumento na polarização social. O surgimento de novos líderes de esquerda no contexto da América Latina combinou a perda relativa de influência das iniciativas de livre comércio com o retorno da preocupação do Estado em práticas e instituições que abordam temas de relevância

⁵ A crise dos Tigres Asiáticos se deu principalmente por causa de uma sequência de eventos que como fuga de capitais e desvalorização de ativos financeiros que atingiu vários países asiáticos, mas principalmente a Tailândia, a Indonésia, a Malásia, a Coreia do Sul etc.

⁶ A crise financeira de 2008 se iniciou a partir de uma grande bolha imobiliária nos Estados Unidos, responsável pela falência de alguns dos bancos mais renomados do país, o que desencadeou um “efeito dominó” sobre a economia mundial.

social como educação, saúde, emprego, energia, infraestrutura etc (BIANCULLI, 2016, p. 165).

Mesmo com o pessimismo que se alastrou na maioria dos processos de integração em andamento, o regionalismo enquanto um fenômeno ainda é considerado como uma ferramenta para a manutenção da estabilidade na política internacional devido à ineficácia das instituições multilaterais de governança global e o avanço do fenômeno do inter-regionalismo, no qual os blocos tendem a interagir e a se agregarem entre si cada vez mais em detrimento das ações isoladas dos Estados-nacionais (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 167).

Apesar das dificuldades, a União Europeia atingiu um grau de assimilação interna muito superior às experiências regionais de outras partes do planeta, o que levaria acadêmicos a questionar se existe sentido em comparar processos tão complexos e diferentes (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 167). O relativo sucesso na integração de boa parte do continente envolve a evolução das articulações em múltiplos níveis. O bloco assina e revisa constantemente os tratados básicos, que resultam em conferências onde os membros – representados pelos governos nacionais, agentes não-estatais e atores transnacionais – debatem e tomam decisões acerca do quadro legal da organização (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 377).

Apesar de estar sempre aumentando o número de países que oficializam sua entrada na entidade, foi durante o pós-novo regionalismo que a UE recebeu um recorde de novas solicitações. A fim de permitir que vizinhos do centro e do leste europeu também fizessem parte da aliança, várias reformas institucionais foram discutidas e adotadas no Tratado de Nice, assinado em 2001. Assim sendo, em 2004 Chipre, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Malta, Polônia, República Checa adentraram o bloco, e três anos mais tarde foi a vez da Bulgária e da Romênia. Com o aumento dos problemas logísticos após o seu alargamento, a União Europeia novamente entrou em uma rodada de convenções para compreender qual é a verdadeira finalidade da integração e, após desentendimentos, assinaram o Projeto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa em 2003, o primeiro do tipo na história do continente (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.186-189).

Mesmo com as reformas, a partir de 2009 a organização passou a enfrentar crises que minaram em partes o apoio popular aos acordos regionais, ao mesmo

passo em que se verificou um aprofundamento de certos aspectos da integração. Em 2015, houve a imigração em massa de refugiados provenientes da Síria e do Afeganistão. A conclusão do Brexit em 2020 rachou a aparente união do bloco, enquanto que uma onda populista e conservadora na Polônia e na Hungria ameaça os valores progressistas que são a base da União Europeia. Mesmo assim, Bruxelas não apenas sobreviveu à corrosão da sua credibilidade como também recebeu um novo impulso para alargar suas políticas comuns, tais como a criação de uma união bancária, de um mecanismo de vigilância fiscal e de um fundo comunitário de defesa (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 378-380).

No continente americano, o pós-novo regionalismo trouxe desafios à visão interamericana promovida pelos Estados Unidos. A OEA sofreria críticas tanto de Washington quanto do resto dos membros pela maneira como qual lidou com situações políticas desafiadoras, como por exemplo o golpe de Estado em Honduras no ano de 2009 (BIANCULLI, 2026, p. 165-166). Com relação às propostas liberais originais da década anterior, o crescente questionamento do México sobre os efeitos do NAFTA levaria a uma corrosão da aliança. A aliança assinada entre Estados Unidos, México e Canadá em 2018, um novo acordo criado para substituí-lo teve sua implementação também posta em dúvida após a eleição de Donald Trump em 2018 e a possível não-assinatura do principal membro do bloco (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372).

A ALCA, por sua vez, teve sua iniciativa de liberalização do comércio no hemisfério rachada pelas visões conflitantes sobre cooperação regional entre os EUA e seus vizinhos periféricos. A sua falta de praticidade acabou proporcionando um conjunto de acordos bilaterais entre Washington e países específicos em vez das aspirações de unificação elaboradas previamente. Quando esta conjuntura é somada com o fato de que a América do Sul elegeu alguns presidentes de postura anti-imperialista e antiliberal a partir da virada do milênio e que davam prioridade às suas agendas de cooperação não-comerciais aos vizinhos imediatos e também de outros parceiros do sul global, fica fácil afirmar que as circunstâncias políticas do continente destruíram as possibilidades da organização de livre-comércio de alavancar seus objetivos (BIANCULLI, 2016, p. 161).

Esta realidade se tornou evidente quando o clima de falta de esperança dominava a 4ª Cúpula das Américas em 2005 na Argentina (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372). Os Estados Unidos foram internamente criticados

por não prestar atenção suficiente às tendências populistas que estavam acontecendo com Chávez na Venezuela no início da década, à crise econômica na Argentina em 2001 e à ascensão de Lula no Brasil em 2003. A Doutrina Bush, iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001, era totalmente voltada para a área de segurança e oscilava entre a guerra ao terrorismo e a busca por armas de destruição em massa, negligenciando mais uma vez os países latinos e caribenhos. Uma das razões para esta realidade está na visão de Washington de que a região pertence à sua zona segura de subordinação no sistema internacional, pois nem durante o período das independências anticoloniais ou da influência comunista na Guerra Fria o território constituiu uma grande ameaça à paz mundial ou aos interesses norte-americanos. A fim de se manter como a grande potência, entretanto, os EUA precisam de aliados, e assim eles constantemente cortejam os vizinhos de baixo prestando-lhes favores esporádicos (FAWCETT, 2005, p. 45-46).

O regionalismo pós-liberal tem uma característica muito particular na América do Sul e Caribe. Como já foi dito anteriormente, a chegada de líderes de esquerda na região provocou uma “maré rosa”. Foi neste período que se consolidou o fenômeno de que, ao projetar iniciativas de integração, haveria a construção e retenção de poder político não somente a nível nacional, mas também em arenas multilaterais e globais. A democracia e a “diplomacia presidencial” se tornariam, portanto, forças motivadoras para a busca por unificação com os vizinhos e a disputa por uma certa liderança regional. A criação da ALBA em 2004 e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008 são exemplos a se destacar. Enquanto os acadêmicos dizem que a primeira organização está concentrada em ser uma ferramenta para promover a influência da Venezuela ao disponibilizar petróleo a um valor de desconto para países com economias pequenas da região, a segunda está assentada sobre a influência geopolítica brasileira ao servir como um guarda-chuva que abriga os anseios, esquemas e projetos sub-regionais de vários vizinhos menores (BIANCULLI, 2016, p. 161-162).

À medida que a iniciativa de Washington de desenvolver a ALCA foi perdendo força, uma Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi oficializada em 2010 entre 33 países, excluindo as duas economias ricas do norte do continente (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372). A entidade é herdeira do Grupo Contadora e do posterior Grupo do Rio, e foi uma reação à ineficácia da OEA em passar credibilidade aos seus signatários enquanto defensora dos valores

democráticos após o golpe que aconteceu em Honduras. Juntos, a ALBA, a UNASUL e a CELAC podem ser descritas como agendas políticas de desenvolvimento que funcionam por mecanismos intergovernamentais em que os presidentes nacionais dos membros – muitos deles influenciados pelo fenômeno da “onda rosa” – desempenham um papel fundamental. Eles seriam encarregados de agir com flexibilidade para fazer os projetos regionais avançarem, evitar possíveis paralisações e desentendimentos e neutralizar crises sobre situações específicas. Assim sendo, da mesma maneira como aconteceu com o seu antecessor, as organizações de integração do pós-novo regionalismo na América Latina e Caribe não evoluíram na direção de um supranacionalismo 162-163. Além disso, pode-se dizer que também há um eixo econômico em vigor no subcontinente, formados pelo Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico (PA) (BIANCULLI, 2016, p. 162-163).

Tendo menos influência política e mais comercial, a última organização foi criada em 2011 pelo México, Peru, Chile e Colômbia para aprofundar acordos de natureza empresarial. Um processo de convergência com os países do cone-sul que formam a primeira entidade do eixo (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) começou em 2014, ocasionando uma cimeira quatro anos depois no qual os oito presidentes explicitaram suas intenções de estabelecer uma área de livre comércio entre os países em um futuro próximo, o que representaria 90% do PIB da América Latina. Uma aliança com a ALBA, que reúne Venezuela, Bolívia, Cuba e várias nações do Caribe aprofundaria ainda mais a integração da região (BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372-373).

Entretanto, dificuldades persistem. Apesar de ter assinado acordos com a Comunidade Andina e o México em 2002 e posteriormente com a Índia em 2003, o Mercosul enfrentou algumas crises durante a virada do milênio. A atuação unilateral de alguns de seus membros em situações específicas, tais como a desvalorização do real em 1999 e a alteração nas tarifas externas sobre bens de capital e de consumo realizada pelo governo argentino no contexto da crise de 2001, impactaram todos os participantes do bloco mais robusto do território e acabaram por minar a confiança no processo de integração duradouro. Neste sentido, foram apresentadas em um seminário no Palácio Itamaraty também no ano de 2001 uma série de recomendações mútuas para a manutenção da colaboração entre os países da aliança: a consolidação da união aduaneira, o aprimoramento do formato institucional do Mercosul, a coordenação de políticas macroeconômicas, o

desenvolvimento de laços comerciais com mercados emergentes e a conclusão de um acordo de livre comércio com a Comunidade Andina (HERS; HOFFMAN, 2004, p. 201-204).

Este relançamento da agenda foi reforçado em 2003 pela chegada do brasileiro Lula e do argentino Nestor Kirchner no poder. Ainda assim, dificuldades como a instabilidade econômica dos signatários, a assimetria de poder entre eles e Brasília, a ineficácia em algumas de suas normas internas e a falta de interesse da sociedade civil impedem que a entidade de ser vista como um agente da política internacional que atue além dos seus Estados-parte, pois os interesses particulares governamentais representados pelos presidentes e o fraco dinamismo de seu aparato institucional, que não aborda o desenvolvimento de nenhum órgão supranacional, impede a emancipação da organização e, conseqüentemente, do processo de integração na região do cone-sul (HERS; HOFFMAN, 2004, p. 201-204).

Para ambos os eixos políticos e econômicos, ainda há a tentativa de superar a dependência e resistir à hegemonia de Washington. O pós-novo regionalismo trouxe uma série de ajuda mútua em temas sociais como educação, saúde e infraestrutura, evidenciando um mosaico complexo e heterogêneo de projetos antigos, recentes e contemporâneos entre os vizinhos latino-americanos e caribenhos que podem sobrepor uns aos outros a depender dos blocos em que se desenvolvem. As organizações criadas ou reformuladas durante este período apresentam uma espécie de “elasticidade institucional”, como demonstrado na Carta Constitucional da UNASUL, permitindo aos líderes dos Estados que entrassem em alianças regionais que melhor atendem às suas preferências e estratégias (BIANCULLI, 2016, p. 163).

Durante a primeira década do novo milênio este equilíbrio pareceu manter as interações entre as nações em um nível razoável, favorecidas pelas similaridades que a maré rosa gerava. Entretanto, logo depois a ALBA sofreria um golpe depois que a queda dos preços internacionais do petróleo afetou a influência da Venezuela, o que colaboraria para a iminente crise econômica, política e migratória que marcaria o país a partir da entrada da década de 2010. Caracas ainda seria suspensa do Mercosul em 2017, onde recém havia entrado, e ocasionou um enfraquecimento da UNASUL, que pouco agiu para controlar a situação turbulenta de um dos seus principais membros. Além disso, a ascensão de alguns presidentes

de orientação conservadora no final da década levantaria ainda mais questionamentos acerca da capacidade dos processos de integração regionais de continuarem seus desenvolvimentos BEST; CHRISTIANSEN, 2020, p. 372-373).

O presente subcapítulo ajudou a compreender a localização temporal em que a ALBA está inserida. Novamente, percebe-se que os acontecimentos envolvendo a organização vêm de um contexto histórico maior e mais abrangente, e o seu surgimento de fato não aconteceu por motivos únicos e distintos, tendo que em vistas que diversas outras alianças na ALC também apresentavam um caráter anti-neoliberal. Ao se fazer uma breve comparação com elas, entretanto, pode-se concluir que a proposta de Chávez é a que apresenta uma retórica ideológica mais radical.

3.2 A abordagem construtivista para o regionalismo e as organizações de integração regional

Após realizar uma análise mais abrangente acerca de todas as fases do regionalismo e ser capaz de localizar o surgimento da ALBA em um espaço-tempo, resta encontrar uma teoria que sirva de modelo para embasar a linha de investigação usada para verificar se a hipótese de que os resquícios do novo regionalismo foram responsáveis pela estagnação da ALBA durante o pós-novo regionalismo realmente encontra algum respaldo na realidade. Primeiramente, é necessário traçar uma breve linha cronológica para entender a evolução das correntes de pensamento que buscavam explicar certos eventos globais específicos e a relação entre os atores que faziam parte de tais acontecimentos.

Segundo Herz e Hoffman (2004, p. 33-36), a ciência das relações internacionais surgiu como uma disciplina específica nas primeiras décadas do século XX, e tão logo com ela nasceu um conjunto de concepções, debates e saberes que procuravam compreender tudo o que envolvia o universo das organizações internacionais: como se davam as suas criações, como elas se tornavam atraentes ou hostis para os países e como eram as suas relações com a autoridade estatal. Estas pesquisas buscavam identificar quais eram os diferentes mecanismos e motivações que davam às interações entre os países e outros agentes uma garantia de estabilidade e continuidade, preservando ou alterando as

configurações do sistema internacional, que até então tinha como unidade política máxima a soberania dos Estados que o compõe de maneira aparentemente anárquica. O primeiro debate teórico aconteceu nos anos 1930 e 1940, período compreendido entre as duas grandes guerras, onde questões sobre balanço de poder e direito internacional começavam a povoar a mente dos estudiosos que estavam ávidos para entender se uma entidade autônoma e imparcial poderia agir como árbitro em situações de conflito e quais seriam as melhores estratégias para a obtenção de uma paz duradoura.

Assim, por um longo período as ideias sobre o institucionalismo neorrealista e neoliberal dominaram as teorias de relações e organizações internacionais estadunidenses. A primeira afirma que os Estados são os atores basilares neste sistema, e existem em uma condição de anarquia, pois não há uma autoridade superior para controlá-los. Portanto, para sobreviver em uma realidade hostil, eles buscariam por segurança e poder. É justamente a balança de poder que explicaria como as relações estatais aconteceriam, servindo como um padrão de análise nos estudos de políticas e ordem mundiais (BARNETT, 2020, p. 193).

A segunda evidenciaria o fato de que os países cooperam para promover seus interesses, que vão além do que a simples segurança. Como a falta de confiança representa um obstáculo no desenvolvimento de uma cooperação, estes agentes buscariam elaborar instituições de abrangência internacional que pudessem desempenhar várias funções que visassem aumentar a boa-fé uns nos outros por meio de mecanismos como a monitorização e a divulgação de fraudes. Enquanto o neorrealismo defende que as vontades imediatas e particulares superariam a adesão a qualquer norma generalista, os neoliberais afirmam que o estabelecimento de uma regra comum que regulasse o comportamento de todos traria maiores chances de aperfeiçoar e obter o alvo dos seus interesses a longo prazo, tais como riqueza. Embora ambas as perspectivas tenham a consciência de que este modelo poderia limitar o espaço de atuação dos Estados, nenhuma delas contempla a possibilidade de que as normas possam, na realidade, ser a razão que define os seus interesses (BARNETT, 2020, p. 193).

Com o final da Guerra Fria e o surgimento do novo regionalismo, os estudiosos estavam céticos com a visão estreita das abordagens existentes, que tratavam apenas de estruturas formais e interações intergovernamentais em detrimento de agentes não-estatais e suas relações subjetivas. As organizações

regionais e internacionais da época pareciam não dar conta dos desafios que vieram com o inevitável fenômeno da globalização, tais como migrações em massa, refugiados, crimes transnacionais, volatilidade e crises financeiras, degradação ambiental etc. Compreender por que tais entidades estavam tendo uma atuação ineficaz também exigia, então, a produção de uma nova análise teórica sobre os acontecimentos contemporâneos (ACHARYA, 2018, p. 168-169).

A perspectiva construtivista para explicar as relações e organizações internacionais teve uma ascensão meteórica nos anos 1990 devido a dois fatores. O primeiro foi um aumento nas abordagens sociológicas do tema, que trouxe para o debate elementos-chaves como normas, regras, identidade, valores e ideias. Enquanto as correntes tradicionais negligenciavam as características e motivações sociais da atividade humana, os novos intelectuais defendiam que a inclusão destes conceitos era fundamental para entender o comportamento dos Estados e dos agentes não-governamentais e como eles interpretavam o mundo e a si mesmos. A segunda razão reside no insucesso dos neorrealistas e neoliberais em explicar por que a Guerra Fria terminou sem que houvesse um conflito bélico real, como a maioria tinha previsto (BARNETT, 2020, p. 194).

A falha dos pensadores clássicos estava em ignorar as ferramentas intelectuais necessárias para decifrar este resultado, isto é, a inclusão e a importância das ideias como motor de mudança na configuração política do sistema internacional. O fim da disputa entre o grande bloco capitalista e o grande bloco socialista levaria os acadêmicos e formuladores de política a debater o que é de fato interesse nacional e como ele se relaciona à identidade nacional das pessoas que fazem parte de um país, em uma espécie de auto-questionamento sobre quem somos nós e ao que nós pertencemos. O advento do novo regionalismo colapsou a hegemonia dos conceitos de segurança e de vantagem comparativa dos neorrealistas e trouxe, à tona, contextualizações contemporâneas e convincentes sobre o mundo em campos onde eles anteriormente dominavam, tais como padrões de alianças, corridas armamentistas e intervenções militares. Além disso, houve também o surgimento de concepções até então pouco exploradas como transnacionalismo e direitos humanos, entre outros (BARNETT, 2020, p. 194).

A ascensão do método de análise construtivista acabaria por redefinir e alargar as pesquisas do desenvolvimento de organizações internacionais e dos processos de integração regional porque, ao afirmar que ambos os fenômenos

podem ser gerados por forças intersubjetivas em vez de interesses puramente racionalistas e examinados conforme seus resultados normativos em vez de resultados unicamente materiais, os teóricos não apenas transformariam o estudo sobre as instituições dos países centrais, tendo na União Europeia um grande exemplo, mas juntamente criariam novas formas de debater e compreender o regionalismo fora do eixo não-ocidental, como acontece na América Latina, na África, no Oriente Médio e no Sudeste Asiático, onde a cultura e a identidade podem representar questões definidoras, e cujas contribuições ocorrem principalmente na área normativa. Juntos, o fim da Guerra Fria, a crescente globalização e a nova teoria desafiaram a maneira de pensar dominante na Europa e nos Estados Unidos (ACHARYA, 2018, p. 169).

O construtivismo enfatiza a forma como identidades e interesses são socialmente construídos, como eles mudam e qual é a relação entre ambos. Ideias, valores, crenças, discursos, normas e regras devem ser pontos basilares de análise, pois explicam o comportamento dos atores, que não existem separados de seu ambiente social e da cultura, que é um compartilhamento comum de significados. A motivação por trás da atuação dos agentes, por sua vez, decifra o desenvolvimento e funcionamento das organizações internacionais. As interações que os homens fazem com seus semelhantes imediatos definem a identidade deles como seres sociais ao mesmo tempo em que a ingerência humana cria, reproduz e altera a cultura por meio de ações contínuas. As práticas discursivas e de comunicação assumem um papel relevante ao demonstrar como as pessoas atribuem sentido ao mundo e aos seus acontecimentos, além de estabelecer relações de poder ao determinar como potenciais situações conflituosas são identificadas, delineadas, debatidas e resolvidas (HERZ, HOFFMAN, 2004, p. 64-67).

Neste ponto, a tentativa dos atores de justificarem seu comportamento confere ao ato de argumentar a capacidade de misturar conceitos íntimos como crenças e identidades com a do seu interlocutor e de produzir ideias novas que combinam e modificam os valores de ambos, e por isso a habilidade de produzir argumentações convincentes também deve ser levada em conta, pois gera ações produtivas nas práticas de convívio. As organizações internacionais representariam um fórum privilegiado para tal atividade. Ao contrário dos neorrealistas, que afirmam que os agentes agem por uma racionalidade instrumental e tentam obter o máximo de benefícios possível em uma realidade com estruturas predefinidas e comum a

todos, os construtivistas focam em entender como a racionalidade das pessoas enquanto seres sociais e as alianças no sistema internacional são construídas. As perspectivas de análise convencionais diziam que os sujeitos se moviam a partir de um cálculo de custos e benefícios, enquanto que a nova teoria se debruça sobre o processo intersubjetivo que origina uma visão particular de racionalidade que pode ser mutável e evoluir conforme a sua posição ao longo da história e da cultura predominante em que está inserida (HERZ, HOFFMAN, 2004, p. 64-67).

As interações de todos os tipos que ocorrem no mundo estariam, portanto, sendo guiadas por forças movidas por correntes ideológicas que não seriam estados psicológicos naturais e inerentes à nossa mentalidade, mas sim formados por relações sociais. Os componentes do nosso aspecto mental seriam moldados por convicções sustentadas coletivamente, tais como conhecimentos, símbolos, linguagem e normas (BARNETT, 2020, p. 195). Portanto, as ideias são aceitas como unidades básicas de interação e desenvolvem órgãos institucionais ao seu redor porque elas são internalizadas mutuamente como boas, desejáveis e convenientes, adquirindo assim um propósito moral próprio, ao passo que os racionalistas as expõem e as debatem por meio de coerção e força (ACHARYA, 2018, p. 38-39).

Assim sendo, é possível afirmar que o construtivismo trata da construção social da realidade, pois os atores não nasceram à parte ou antes da sociedade, mas sim são criados por seu ambiente cultural e passam a reproduzi-lo conforme o seu grau de identificação e de definição comum de interesses com relação à maioria que os cerca. Por enfatizá-la, os construtivistas visam compreender as origens das ideias sociais que nos parecem naturais (BARNETT, 2020, p. 198).

Quando se trata especificamente do estudo da integração regional, pode-se dizer que os Estados interagem em um sistema internacional fortemente institucionalizado por um conjunto de regras que se baseia em valores distintos frequentemente confrontados e modificados. Tais organizações não são concebidas apenas como mecanismos para neutralizar os possíveis impasses que surgem neste convívio, mas também servem como pontos de legitimidade conjunta e adequação da realidade da comunidade que representam. Quanto mais profunda for a identidade coletiva de uma região e mais abrangente e compatível for a rede de crenças, valores, normas e discursos dos sujeitos que a formam, mais eficiente será a integração de todos. Neste sentido, o apego a identidades nacionais pode ser um obstáculo à cooperação. Numa perspectiva regional, a ideologia política é um dos

mais importantes fatores para o desenvolvimento de convergência entre os países (SCHIMMELFENNIG, 2016, p. 187).

Com base no que foi verificado acima, o uso do pensamento construtivista se mostra adequado para ser usado como contexto teórico para explicar se os resquícios da lógica liberal do novo regionalismo foram a razão principal pela estagnação da ALBA durante o contexto de regionalismo, tendo em vista que ele conceitua princípios básicos acerca da organização: a proposta bolivariana de integração regional de Chávez também dá grande ênfase a elementos ideológicos, usa a retórica do presidente venezuelano como ponto de discussão pública e construção social da realidade, além de ser capaz de institucionalizar normas que serão usadas para estimular certos tipos de comportamentos que a entidade deseja promover, como por exemplo a busca por interações e trocas comerciais dentro da aliança que sejam motivadas por sentimentos de solidariedade e de ajuda mútua entre as camadas mais pobres da sociedade. O campo das ideias é vital para a compreensão do surgimento da ALBA, e teorias que focam apenas nas características comerciais ou de segurança dos processos de regionalismo não se mostrariam capazes de desvendar quais são os verdadeiros motivos que levaram à desaceleração do bloco no decorrer dos anos.

3.3 ALBA e a “virada à esquerda”

O primeiro eixo de análise resgata vários conceitos já relatados no decorrer deste trabalho. Conforme foi analisado no subcapítulo 3.1, a onda liberal que surgiu com o advento do novo regionalismo a partir do final dos anos 1980 foi perdendo força e sendo substituída por um fenômeno que visava contornar as insatisfações dos países que não conseguiram acompanhar a dinâmica pioneira dos seus homólogos ricos no processo de globalização. Um novo conjunto de ideias e de práticas seria necessário para neutralizar os efeitos nocivos dos últimos acontecimentos. Foi por meio deste contexto que despontou, a partir dos anos 2000, o pós-novo regionalismo.

Na América Latina, especificamente, ele aparecia acompanhado de características muito particulares: a ascensão de vários governos que adotam uma ideologia mais voltada para a esquerda no espectro político e a chamada

“diplomacia dos presidentes”. Mesmo que a ALBA não tenha alcançado sucesso no seu objetivo de conseguir agrupar todos os países do continente sob a sua lógica bolivariana de integração, o fato é que o seu nascimento em 2004 e a sua evolução tímida nos anos seguintes se deram neste período. Apesar de ser muito precoce afirmar que a estagnação da ALBA possa ter acontecido por causa das tendências liberais da década passada (a hipótese da qual estamos trabalhando), é possível afirmar no momento, com clareza, tomando como base todos os dados citados anteriormente, que os resquícios do novo regionalismo (anos 1990) já não eram fortes o suficiente na região para impedir, pelo menos, que ideias contrárias a ele próprio – ou seja, de esquerda – surgissem na mente de várias populações latinas e seus respectivos líderes. De fato, a entrada de novos membros na organização posteriormente, que representava o protótipo mais a favor de políticas sociais anti-liberais desde então, mostra que boa parte da América Latina estava procurando novas respostas e práticas por não se identificar mais com a política das desregulamentações, que foi o grande mantra global por anos. Este evento por si só demonstra que associar a recente época da globalização pós-Guerra Fria à paralisação da ALBA parece ser um posicionamento cada mais distante da realidade.

Como ficou comprovado no último subcapítulo, a teoria construtivista se apoia na construção social da realidade com base em seres humanos que carregam uma herança coletiva rica em símbolos, valores e perpetuação de culturas e normas, que podem ou não se moldar quando acontecem interações intensas com seus semelhantes. A ênfase na comunicação e troca de experiências é muito importante, pois ela se traduz em padrões de comportamento e práticas que se institucionalizarão na forma de regras que podem ou não afetar o rumo de organizações de integração regional. Ora, sendo assim é possível concluir facilmente que o período das eleições presidenciais de um país se revela como uma espécie de laboratório social excelente para analisar como tal dinâmica ocorre: os candidatos tentam compreender como o público pensa, qual é a melhor maneira de captar a sua atenção com discursos expressivos para “vender” suas ideias às massas – muitas vezes se utilizando de apelos morais arraigados – como os argumentos e os debates que acabarão se tornando acessíveis para milhares ou milhões de cidadãos serão elaborados e utilizados para favorecê-los e mostrar como eles conhecem e podem representar o povo melhor do que os seus adversários

etc. A vitória de um oponente sobre os demais dita como será a relação de rivalidade com a oposição política e também os rumos que um país tende a tomar no cenário internacional.

De fato, a lógica do pensamento construtivista reforça o entendimento de que os povos latino-americanos não se identificavam mais com os valores liberais visíveis do regionalismo anterior, que estavam totalmente desgastados. A preferência por líderes de esquerda acabaria por varrer a região na virada do milênio. A chamada maré rosa viu, por exemplo, Chávez assumir o poder na Venezuela em 1999, resistir ao golpe de Estado em 2002, vencer um referendo para mantê-lo no poder em 2004 e permanecer nesta posição após as eleições de 2007. Lula se tornaria presidente do Brasil em 2003 e depois em 2007. Nestor Kirchner, da Argentina em 2003.

Mas nem todos viam estes líderes com os mesmos olhos. Segundo Cusack (2019, p. 12-13), o Ministro do Exterior Jorge Castañeda fazia uma alusão que combinava com o pensamento de muitas pessoas na época ao separar a “esquerda certa” da “esquerda errada”. A última, representada principalmente por Chávez, Evo Morales na Bolívia e Rafael Castro no Ecuador, eram mais radicais, tinham tendência a gerar líderes autoritários por meio de um nacionalismo virulento, se aproveitavam de recursos naturais para financiar programas sociais de forma imprudente e costumava gostar de desafiar os Estados Unidos, características pouco encontradas nos seus vizinhos esquerdistas “comportados” como Michelle Bachelet no Chile, Lula no Brasil e Tabaré Vázquez no Uruguai.

Neste contexto, a UNASUL parece ser vista como uma organização de integração regional menos radical do que a ALBA. De acordo com Jácome (2015, p.56), esta aliança, guiada pela liderança de Lula, exclui o México, a América Central e o Caribe, em sincronia com os interesses das grandes corporações transnacionais e de Washington. Assim, ela está exposta à tentação de atuar voluntariamente em uma dinâmica perpetuada pela elite nacional e atores governamentais que os coloca em uma posição de subordinação ou, na melhor das situações, como uma franquia usada em proveito da grande potência hegemônica, que pretende manter a América do Sul separada das outras partes do continente. A ALBA, que inclusive busca a integração com as pequenas ilhas caribenhas, representaria então um contraponto à visão geopolítica de Brasília.

Apesar de apresentar algumas diferenças, os dois organismos atuavam juntos no bloqueio de iniciativas liberais, enfatizando assim a percepção de que o pós-novo regionalismo trouxe uma série de posicionamentos contrários à ordem instaurada após o aceleração da globalização. Segundo Cusack (2019, p. 14-55), isto fica evidente quando se observa a atuação dos líderes brasileiro e venezuelano no desmantelamento em novembro 2005 da proposta estadunidense de efetivar a ALCA. O Ecuador prestou um papel técnico ao promover o SUCRE, uma iniciativa incorporada à ALBA mais tarde que consistia em uma espécie de moeda virtual. A parceria entre vizinhos minimizaria a atuação de instituições multilaterais – principalmente as que têm os EUA como membro – de influenciar a ALC.

Em 2006, a Venezuela aderiu ao Mercosul, o bloco mais significativo da região, após comprar títulos argentinos e sugerir grandes projetos de infraestrutura, tal como o Gasoduto do Sul, que conectaria os dois países mencionados por meio do Brasil (CUSACK, 2019, p. 65). Como já vimos anteriormente, nesta época o presidente Hugo Chávez já tinha lançado o seu plano de socialismo do século XXI. Por outro lado, a aliança, conforme mostra o subcapítulo 3.1, estava incorporando uma série de mecanismos “exportados” pela União Europeia, uma organização de integração tida como liberal por excelência. Apesar de eles conterem traços que podem ser entendidos como resquícios da onda anterior de regionalismo (1990), a esta dinâmica não impediu que Caracas, o mais influente membro da então radical ALBA, se juntasse ao bloco formado por Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Assunção.

Todos os acontecimentos descritos acima demonstram o quanto a força da tendência de maré rosa se fazia presente no continente, ao passo que a lógica do capital desregulamentado que surgiu no período pós-Guerra Fria se mostrava cada vez menos capaz de influenciar os eventos na América Latina e Caribe, o que por si só torna a hipótese de que ele foi o principal responsável por minar a credibilidade do processo de integração da ALBA e estagná-la uma consideração muito improvável de se materializar na realidade.

3.4 ALBA e a gestão da Venezuela

O segundo eixo de análise reside na explicação da crise na Venezuela a partir da política de socialismo do século XXI vista no subcapítulo 1.3 e a crise do petróleo que começou a surgir em meados da década anterior. Segundo Jácome (2015, p. 47-48), a institucionalização da onda socialista na ALBA começou em 2007 com a criação do Primeiro Conselho de Ministros e os Comitês Técnicos. No ano seguinte, durante a 6ª Cúpula, houve a formulação de uma crítica direta aos Estados Unidos. Ficou claro para todos durante a apresentação do documento *Conceptualization of Gran-national Project and Company in the ALBA Framework* que a visão bolivariana de integração regional era a mais adequada para formar um “mega Estado” capaz de ser uma alternativa à globalização neoliberal.

Na 9ª Cúpula, em abril de 2010, foi a primeira vez que a construção de um sistema socialista foi posta como um objetivo em comum dentro da organização (JÁCOME, 2015, p. 51). Entretanto, havia pouca clareza em como esta ideia seria implementada: não foram criadas um plano de metas, instrumentos práticos ou uma teoria para torna-la possível (JÁCOME, 2015, p. 54). Além da falta de transparência e da abundância de projetos que não atingiram o grau de sucesso esperado, conforme já vimos no subcapítulo 1.3, o fenômeno da Primavera Árabe em 2011 e a consequente guerra civil na Síria e na Líbia aumentaram o preço do petróleo e elevaram a pressão sob a Venezuela, que subsidiava a maior parte dos recursos da ALBA: 85% da contribuição inicial feita ao banco do bloco veio do país. Além disso, o pouco entendimento acerca dos auxílios prestados por outros membros dava a entender que o processo de integração promovido pelo bloco poderia, na realidade, beneficiar alguns Estados sem que eles estivessem pagando por isso. Assim, dúvidas sobre a sustentabilidade da aliança, que também estava muito ligada à vulnerabilidade de Caracas e sua commodity aos eventos internacionais, começaram então a se proliferar (JÁCOME, 2015, p. 57-58).

Um outro ponto de tensão dentro da dinâmica da ALBA que atrapalha a sua expansão está na visão de que a sua proposta mais radical de integração regional contrasta com a defendida pelo governo brasileiro, que lidera a UNASUL. Isto inclusive estaria evidenciado em um documento do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela, chamado *Fundamentos filosóficos de la nueva integración del Sur*. A existência destes modelos diferentes sobre qual estratégia deve ser adotada para estreitar os laços de cooperação no continente parece ter aumentado a distância entre as duas organizações, apesar de que no discurso elas aparentam

sempre chegar a um consenso. A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSA) em 2004, antecessora da UNASUL, pela iniciativa brasileira, apresentava um regionalismo estratégico minimalista com objetivos pontuais em assuntos comerciais, ao contrário da ALBA, que procurava se expandir e virar uma referência multilateral em termos sociopolíticos e ideológicos. O presidente Hugo Chávez se queixava da proposta pelo fato de considerar a comunidade de nações como centrada apenas na América do Sul, que foi tida como um grande país por si só.

Adicionando a isso estava o fato de que a criação da CSA aconteceu por meio da ideia de fundir duas outras organizações regionais, a Comunidade Andina das Nações e o Mercosul, que para ele seriam representantes de uma visão ainda liberal de integração. A presença no bloco de uma Venezuela aspirante de um socialismo equilibraria a ala ideológica dele e serviria de complemento aos principais objetivos do Brasil no desenvolvimento da instituição, que eram criar uma atmosfera que oportunizasse para empresas nacionais (JÁCOME, 2015, p. 58-60). Ao contrário de Caracas, a liderança brasileira depende do equilíbrio entre uma boa relação com os EUA e a consolidação de uma influência regional. Entretanto, a capacidade de dissuasão de Brasília fez com que a retórica de Chavez dentro da UNASUL fosse moldada conforme os interesses da potência regional (BORBÓN, 2015, p. 45).

Um desentendimento extra entre a ALBA e a UNASUL reside na crescente radicalização da retórica socialista de Hugo Chávez, que provoca desintegração no continente ao constantemente dar um valor ideológico aos encontros oficiais no qual outros países não se identificam e não pretendem adotar. Isto tem levado a rachaduras dentro da própria entidade, citando como exemplo a frequência com a qual ilhas caribenhas anglófonas decidiram não concordar com a posição da ALBA em outros fóruns multilaterais. Além disso, estes membros também não aderiram a certos projetos de defesa propostos pela organização (JÁCOME, 2019, p. 58-60).

Sendo assim, é possível concluir que, apesar de desgastada, a lógica da desregulamentação e do liberalismo econômico ainda está presente nas motivações comerciais e de cooperação na América Latina e Caribe. Entretanto, tendo em vista que ela está inserida dentro das motivações por trás de uma organização de integração regional em parte criada e liderada pelo Brasil, cujo presidente, também considerado de esquerda, não rejeita o contato com o líder neobolivariano – tendo em vista que a Venezuela foi aceita tanto na UNASUL quanto no Mercosul – mas

sim contorna o seu discurso porque deseja promover uma integração mais branda. As propostas de liberalismo que podem ser encontradas em acordos envolvendo os países do território não se podem se assemelhar com as que existiram no período do novo regionalismo, tendo em vista que elas não vieram do centro dinâmico do capitalismo, isto é, da Europa ou dos Estados Unidos.

Além disso, a existência de outros órgãos de integração na América Central – o fenômeno da sobreposição muito característico da ALC já mencionado no subcapítulo 3.1 –, como a CARICOM, enfraquece as já existentes e coloca em dúvida sobre como os membros da ALBA podem conciliar suas políticas bolivarianas com as ideias propostas em outras organizações das quais eles possam fazer parte (JÁCOME, 2015, p. 58-60). A dinâmica que se desenvolve neste contexto produz uma excessiva demanda nas agendas oficiais dos presidentes, que devem comparecer a reuniões a cada três meses para atender a um compromisso de “diplomacia de cúpula”. Além disso, o excedente reduz as oportunidades de convergência na busca por visões de mundo e abordagens compartilhadas. Por último, os países que participam de várias alianças sobrepostas têm receio de transferir suas habilidades e decisões soberanas para organismos supranacionais. O resultado que se pode observar hoje é que nenhuma organização conseguiu se sobressair e liderar um processo de integração, fraturando a região em várias “América Latinas e Caribes” (BORBÓN, 2015, p. 72). No entanto, a presença de membros da ALBA em outras organizações de cunho multilateral permitiu o poder de veto na tomada de decisões oficiais, como aconteceu quando os países alinhados à Venezuela conseguiram bloquear, na UNASUL, a permissão da Colômbia de sediar uma base militar estadunidense (BORBÓN, 2015, p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu analisar toda a trajetória da ALBA, desde as suas referências históricas até a estagnação do seu processo de expansão no momento atual. A conclusão primária, na qual se deduzia que a onda de liberalização econômica do novo regionalismo seria a principal causadora da paralisação da entidade devido ao receio dos países de aderirem ao bloco não se mostrou verdadeira. O discurso da ALBA, guiada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, se radicalizou a partir da adoção da política de socialismo do século XXI e provocou um ponto de desencontro entre vários países da América Latina, tendo em vista que muitos deles não compartilhavam da mesma luta revolucionária da qual o líder estava comprometido. A identificação pessoal, coletiva e nacional das pessoas e sociedades que compõem o continente, um ponto chave para a construção da realidade segundo a lógica construtivista, não aderiu à ideologia propagada por Chávez e, portanto, não se materializou em forma de comportamentos, normas, práticas que seriam necessários para o contínuo desenvolvimento e expansão da organização. Apesar de muitos países terem eleito representantes de esquerda que se opunham às tendências imperialistas dos países centrais da dinâmica capitalista e rejeitavam as medidas neoliberais do novo regionalismo, muitos deles não abandonavam totalmente a possibilidade de adotar certos critérios de abertura econômica para aumentar o seu grau de interação e cooperação com os vizinhos. Estas estratégias, entretanto, apresentavam características endógenas e particulares da região, e não tinham o mesmo caráter predatório que as iniciativas comerciais estabelecidas pelas organizações ocidentais costumavam ter o poder de promover intensamente nas zonas periféricas antes da virada do milênio.

O aumento da radicalização da retórica socialista e revolucionária de Chávez é outro fator que a abordagem construtivista consegue determinar como uma das principais causas de receio por parte de outros países de ingressar na ALBA-TCP. A adesão à UNASUL, liderada pelo Brasil, se mostrou como uma proposta mais promissora e segura para a integração regional, pelo menos no que tange aos países sul-americanos. Além do mais, o discurso sempre anticapitalista e anti-Washington do líder venezuelano foi o que causou desconfortos entre os membros da própria organização e assimetrias nas suas tomadas de decisões, o que é evidenciado o subcapítulo 3.4 pelo posicionamento de algumas ilhas anglófonas do

Caribe, que se recusaram a aderir a projetos de defesa juntamente com Caracas.

Além do mais, fatores como a pouca clareza na construção institucional de um projeto essencialmente socialista e bolivariano guiado pela ALBA-TCP, como tão defendido por Chávez, levou seus membros a descredibilizarem a eficácia da organização em implementar e gerir seus principais planos, tendo em vista que muitos das suas propostas anteriores, como o próprio Tratado de Comércio dos Povos, já se encontrava paralisado. A má administração da entidade, portanto, também teve um papel mais evidente na desaceleração da mesma do que o neoliberalismo defendido durante o período do novo regionalismo.

Acontecimentos externos também tiveram um papel fundamental na perda de confiança por parte dos países latino-americanos e caribenhos nas políticas da ALBA-TCP. O fato de a Venezuela, o principal membro da aliança por ser o que mais a financia, estar muito suscetível às crises do petróleo no comércio internacional levou a um receio permanente acerca da sustentabilidade do bloco a longo prazo. Por outro lado, a existência de uma oferta muito grande de outras estratégias e iniciativas de integração regionais para o continente faz com que os diversos países latino-americanos e caribenhos tenham que conciliar diversas pautas em fóruns multilaterais que muitas vezes são contraditórios entre si.

O Brasil, por exemplo, que participa de diversas organizações e visa expandir suas principais empresas especificamente por meio da UNASUL, pode ter grandes receios sobre aderir a um projeto bolivariano que visa rechaçar qualquer medida de caráter mais neoliberal como um denominador comuns para as trocas comerciais. Fazer uma abordagem construtivistas desses fenômenos externos certamente é um desafio pouco útil, tendo em vista que eles não são o resultado das interações humanas e do processo natural de construção social da realidade que estabelece as normas, os comportamentos e os processos de tomada de decisões que envolvem as sociedades e os líderes de cada país acerca de quais projetos de integração regional cada um deveria aderir ou não.

Juntos, todos esses fenômenos previamente mencionados demonstraram que contribuíram para a estagnação da ALBA-TCP muito mais do que qualquer possível resgate de uma onda de liberalização econômica nos moldes do novo regionalismo exportado pelos países ricos.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 2018.

ACHARYA, Amitav. Regionalism Beyond EU-Centrism. *In*: BÖRZEL, Tanja; RISSE, Thomas (orgs.). **Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, 109-130.

BARNETT, Michael. Social Constructivism. *In*: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (orgs.). **The Globalization of World Politics: an Introduction to International Relations**. 8th edition. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 207-224.

BEST; CHRISTIANSEN, Edward; CHRISTIANSEN, Thomas. Regionalism in International Affairs. *In*: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (orgs.). **The Globalization of World Politics: an Introduction to International Relations**. 8th edition. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 365-382.

BIANCULLI, Andrea. Latin America. *In*: BÖRZEL, Tanja; RISSE, Thomas (orgs.). **Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 249-270.

BORBÓN, Josette A. ALBA: Ideology Overcomes Integration? *In*: BAGLEY, Bruce M; DEFORT, Magdalena (eds.). **Decline of the United States Hegemony: A Challenge of ALBA and a New Latin American Integration of the Twenty-First Century**. Lexington Books, 2015, p. 67-98.

BÖRZEL, Tanja. Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration, and Governance. *In*: BÖRZEL, Tanja; RISSE, Thomas (orgs.). **Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 41-63.

CUSACK, Asa K. **Venezuela, ALBA, and the Limits of PostNeoliberal Regionalism in Latin America and The Caribbean**. Palgrave MacMillan, 2019.

FAWCETT, Louise. The Origins and Development of the Regional Idea in the Americas. *In*: FAWCETT, Louise; SERRANO, Mónica (eds.). **Regionalism and Governance in the Americas: Continental Drift**. Palgrave MacMillan, 2005, p. 25-51.

HERZ, HERZ; HOFFMAN; HOFFMAN, Andrea. **Organizações Internacionais: Histórias e Práticas**. Elsevier Editora Ltda, 2004.

HIRST, Joel D.; SABATINI, Christopher. A Guide to ALBA: What Is the Bolivian Alternative to the Americas and What Does It Do? *In*: BAGLEY, Bruce M; DEFORT, Magdalena (eds.). **Decline of the United States Hegemony: A Challenge of ALBA and a New Latin American Integration of the Twenty-First Century**. Lexington Books, 2015, p. 1-11.

JÁCOME, Francine. Political and Ideological Aspects of the Alianza Bolivariana Para Los Pueblos De Nuestra América—Tratado De Comercio De Los Pueblos (ALBA—TCP): Viability and Sustainability? *In*: BAGLEY, Bruce M; DEFORT, Magdalena (eds.). **Decline of the United States Hegemony: A Challenge of ALBA and a New Latin American Integration of the Twenty-First Century**. Lexington Books, 2015, p. 43-66

MUHR, Thomas. **Venezuela and the ALBA: Counter-Hegemony, Geographics of Integration and Development, and Higher Education for All**. Alemanha: VDM, 2011.

MURPHY, John W. New Philosophy and Socialism of the Twenty-First Century. *In*: BAGLEY, Bruce M; DEFORT, Magdalena (eds.). **Decline of the United States Hegemony: A Challenge of ALBA and a New Latin American Integration of the Twenty-First Century**. Lexington Books, 2015, p. 13-32.

PORTAL ALBA. **Acuerdo Entre Venezuela y Cuba para la Aplicación del ALBA**. 2021a. Disponível em: <https://portalalba.org/documentos-alba/acuerdo-entre-venezuela-y-cuba-para-la-aplicacion-del-alba/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PORTAL ALBA. **Adhesión de Bolivia al ALBA**. 2021b. Disponível em: <https://portalalba.org/documentos-alba/adhesion-de-bolivia-al-alba/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

PORTAL ALBA. **Congreso Anfictiónico de Panamá: Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua**. 2021c. Disponível em: <https://portalalba.org/antecedentes-historicos-alba/tratado-de-union-liga-y-confederacion-perpetua-congreso-anfictionico/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PORTAL ALBA. **Declaración Conjunta Venezuela-Cuba**. 2021d. Disponível em: <https://portalalba.org/documentos-alba/declaracion-conjunta-venezuela-cuba/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PORTAL ALBA. **Qué és ALBA**. 2021e. Disponível em: <https://portalalba.org/que-es-el-alba/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

RUANO, Lorena. The European Union and Regional Integration in the Americas. *n*: FAWCETT, Louise; SERRANO, Mónica (eds.). **Regionalism and Governance in the Americas: Continental Drift**. Palgrave MacMillan, 2005, p. 52-67.

SCHIMMELFENNING, Frank. Europe. *In*: BÖRZEL, Tanja; RISSE, Thomas (orgs.). **Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 41-63.

SÖDERBAUM, Fredrik. **Rethinking Regionalism**. London: Macmillan Education UK, 2016.
